

OLISIPPO

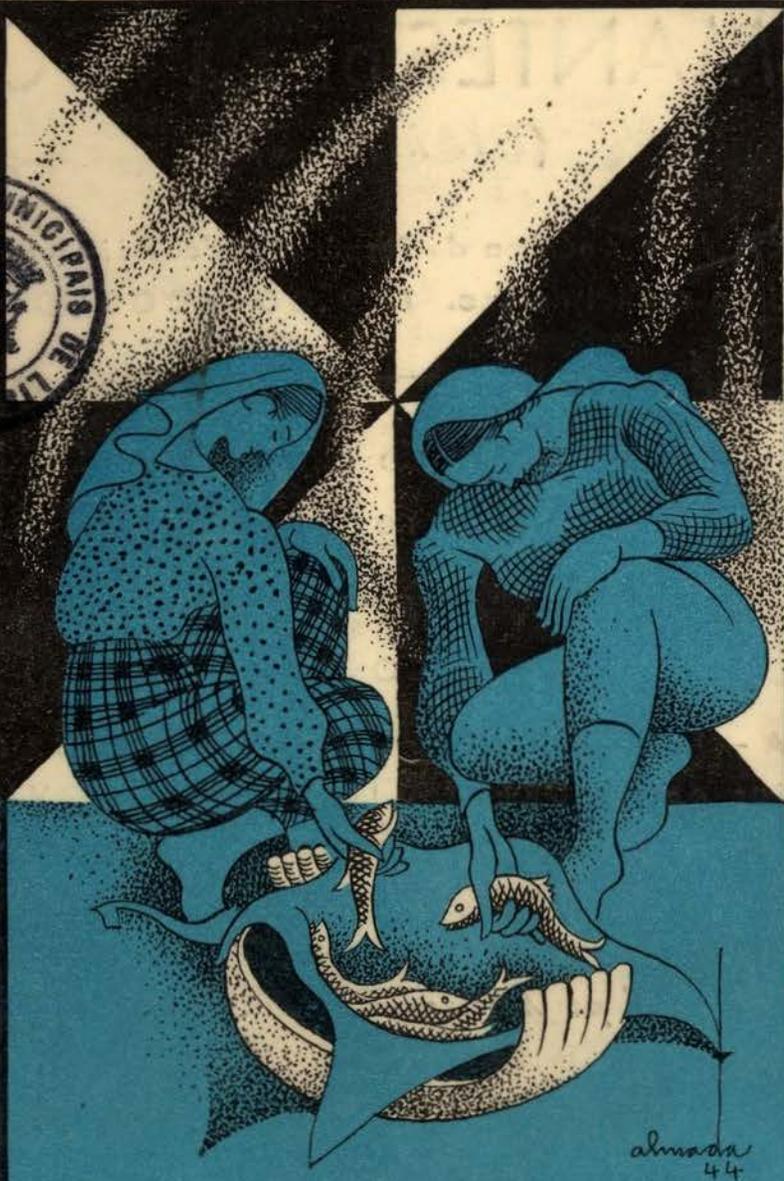
BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO XI
N.º 42

ABRIL
1948



COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de **Esc. 179.300.000\$00**

Pesquisa e extracção de diamantes na Colónia
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. **DIAMANG**
Escritórios em BRUXELAS, LONDRES e NOVA YORK

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Coronel Antonio Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Ernesto de Vilhena

DIRECÇÃO GERAL NA **LUNDA**
REPRESENTAÇÃO EM **LUANDA**

CIMENTO TEJO

CANTARIAS—MÁRMORES

ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.^{os}, L.^{da}

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-F.

LISBOA

Telef. 2 0244 Teleg. PAPELCAR

Papelaria

CARLOS

de Carlos Ferreira, Lda.

34, RUA DO OURO, 38
LISBOA

■
Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

■
Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

MÓVEIS DE MADEIRA

PARA ESCRITÓRIO

SEMPRE EM EXPOSIÇÃO

ORÇAMENTOS GRÁTIS

~
**THE MODERN
OFFICE, L.^{TD}**

Telef. 2 3465

Rua do Alecrim, 107—LISBOA

AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros, preferam a conhecida Companhia Inglesa

LEGAL & GENERAL

com Sede em Portugal na
Avenida dos Aliados, 58 — PORTO

Delegação em LISBOA
Rua dos Fanqueiros, 15-2.

FOGO — ACIDENTES PESSOAIS — CRISTAIS

TELE { FONES: 58135-58136
GRAMAS: MALHAS



CÓDIGOS { ABC - 5.ª Edição
RIBEIRO

MARCA REGISTRADA

SIMÕES & C.ª, LIMITADA

AVENIDA GOMES PEREIRA — BENFICA

FUNDADA EM 1.907

A mais importante Fábrica de artefactos de malha do País. Fabricação de meias, peúgas, camisolas e roupa de malha para homens, senhoras e crianças, em algodão, lã e sêda

**CRIADORA DA BEM CONHECIDA E ACREDITADA MEIA «SUPERKALIO»
E DAS ROUPAS «SUPREMA»**

MARMORES E CANTARIAS DE PERO PINHEIRO - ESTREMOZ, L.^{DA}

SEDE:
PERO PINHEIRO
Telef. PP 55

ESCRITÓRIO EM LISBOA
P. RESTAURADORES, 65-1.º D.º
Telef. 24184

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA

TRABALHOS GRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS

151, RUA DO SALITRE, 155 — LISBOA
TELEFONE PBX 53173/4

MIGUEL A. FRAGA, L.^{DA}

Rua da Palma, 26-28 - LISBOA - Telefone 2 8 5 0 3

Ourivesaria, Relojoaria e Joalheria

Grande sortido em monogramas
em ouro e prata para carteiras

Há sempre jóias em 2.^a mão  Tudo mais barato
OURO SÓ PELO PESO

Compra-se Ouro, Prata e Brilhantes

DESCONTOS ESPECIAIS A TODOS OS
«AMIGOS DE LISBOA»

Especialidade em anéis, medalhas, alfinetes, etc.,
com retratos esmaltados em todos os formatos

Edições da "PORTUGALIA" sobre Lisboa



A CARAVELA E OS CORVOS

por SUSANNE CHANTAL. — Os
oito séculos da história da Capital,
num encantador livro de 500 páginas
30\$00

A NOSSA LISBOA

por MATOS SEQUEIRA e PAS-
TOR DE MACEDO. — Prémio «Jú-
lio de Castilho» da C. M. L.
40\$00

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por NORBERTO DE ARAÚJO e
ANTONIO SOARES

Edição portuguesa **12\$00**
Edição francesa **15\$00**
Edição inglesa **15\$00**



A' venda em todas as livrarias

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

CÓMODAS DE ESTILO — PORCE-
LANAS DE SAXE — ESPELHOS
DE VENEZA — CANDEEIROS DE
CRISTAL, DE FERRO FORJADO
E DE MADEIRA — TAPEÇARIAS
— MARQUISSETTES E VOILES
SUÍÇOS — CARPETES DE LÃ

COMPANHIA ALCOBIA

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)

Telef. 2 6 4 4 1

TODOS OS PRODUTOS DA COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, AVIZ,
PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados, com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos
para bem servir os fumadores

A Companhia Colonial de Navegação

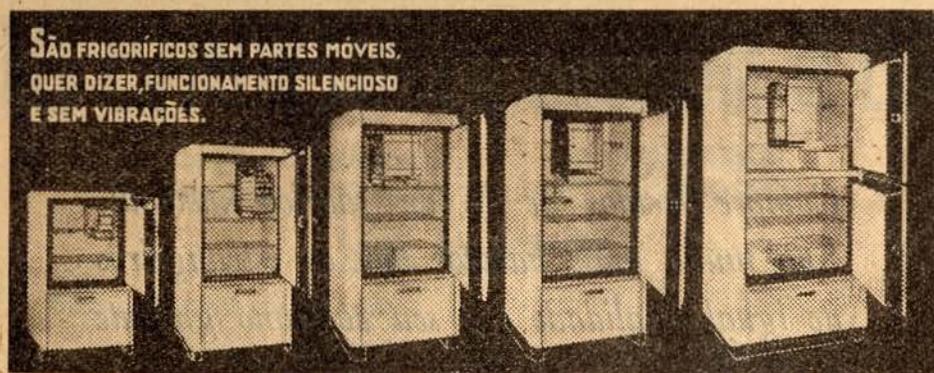
assegura com os seus paquetes
e navios de carga carreiras regulares
para a África Portuguesa, para o
Brasil e para a América do Norte

LISBOA

R. de S. Julião, 63

PORTO

R. Infante D. Henrique, 9



Os frigoríficos «ELECTROLUX» são especialmente construídos para uso doméstico, podendo ser utilizados em qualquer parte, pois tanto funcionam a electricidade, como a gás ou petróleo.

Há 5 modelos, de diferentes capacidades, a partir de Esc. 4 700\$00

ELECTROLUX, LIMITADA

LISBOA

Av. da Liberdade, 141 — Telef. 2 8246 e 29 570

PORTO

Pr. da Liberdade, 123 — Telef. 2 3033

COIMBRA

R. Simões de Castro, 158, 2.º

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, L.^{DA}

TEL. P.B.X. FAIANÇAS TEL.
2 4958 DE LOIÇA
2 3902 FANTASIA LISBOA

LOIÇAS DE USO DOMÉSTICO
AZULEJOS
MOSAICOS

LOIÇA SANITÁRIA E
DE GREZ CERÁMICO

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO

COIMBRA

R. CARMELITAS, 40 R. DR. M. RODRIGUES 13
Tel. 2 2033 Tel. 3546

ALDEIA RICA

É o novo romance do consagrado
romancista

AUGUSTO DA COSTA

1 vol. de 400 páginas, capa ar-
tística a cores de **Maria de Vas-
concelos**, br. . . . 25\$00

Do mesmo autor, os apreciados
romances:

AS «INOCENTES» 18\$00
«GALO DOIDO» 18\$00
O SOLAR DESABITADO . . . 18\$00
VERONICA 18\$00
OS OLHOS ERAM VERDES. 22\$50

Edições da

Parceria António Maria Pereira

E. Pinto Basto & C. L.^{DA}

L I S B O A

TRANSPORTES
MARÍTIMOS E AÉREOS
CARVÃO — SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)

EXPORTAÇÕES
TRANSITÁRIOS
ETC. — ETC.

NO PORTO

**Kendal, Pinto Basto
& C.^a L.^{da}**

AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão.

— À venda em toda a parte —

Oferta

27. JUL. 1988

M.

ANO X

ABRIL DE 1948

NÚMERO 42

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —
COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA», R. DOS AMARALLES, 153-TELEF 53173-LISBOA

SUMARIO



- PROA DA EUROPA SOBRE O MAR — conferência pronunciada na sessão magna, de 24 de Outubro último, na Academia de Ciências de Lisboa, por *Oswaldo Orico*.
- EVOCAÇÃO LIRICA DE LISBOA, por *Cecília Meireles*.
- O LIVRO DAS MARCAS DE OURIVES, DA CÂMARA DE LISBOA (Continuação), por *Manuel Santos Estevens*.
- UMA ÉPOCA NOTÁVEL EM LISBOA, por *Carlos Fernandes*.
- OS PAÇOS DE XABREGAS (Continuação), por *Ferreira de Andrade*.
- LISBOA (Continuação), por *Gustavo de Matos Sequeira*.
- RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA, RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 1947, apresentado em Assembleia Geral efectuada em 22 de Janeiro último.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

HONRAM ESTE NÚMERO DA «OLISIPO»,
DOIS TRABALHOS DE AUTORIA BRASILEIRA,
FIRMADOS POR NOMES DE REPERCUSSÃO
AMIGA EM PORTUGAL: — CECÍLIA MEIRE-
LES E OSVALDO ORICO.

CECÍLIA MEIRELES, A MAIOR POETISA
DO BRASIL, DÁ-NOS UM ADMIRÁVEL POEMA
EM PROSA — «EVOCAÇÃO LÍRICA DE LIS-
BOA»; OSVALDO ORICO, ALGUMAS PÁGINAS
SOBERBAS INTITULADAS «PROA DA EUROPA
SOBRE O MAR». SÃO DOIS DOCUMENTOS DE
AFECTO ADMIRATIVO E ENTERNECIDO À
NOSSA CAPITAL, QUE CONSTITUÍRAM DUAS
CONFERÊNCIAS, A PRIMEIRA FEITA NO BRA-
SIL E A SEGUNDA PRONUNCIADA EM LISBOA,
NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS.

É COM VERDADEIRO PRAZER QUE «OLI-
SIPO» ARQUIVA ESTES DOIS ESTUDOS DE
INEGÁVEL MÉRITO LITERÁRIO.

PROA DA EUROPA SOBRE O MAR

Conferência pronunciada na sessão magna de 24 de
Outubro último na Academia de Ciências de Lisboa

Por OSVALDO ORICO

Pela segunda vez cabe-me a honra e a alegria de intervir, como uma voz brasileira, nos actos com que Portugal solenisa as suas datas áureas. Assisti, em 1940, à cerimónia evocativa da fundação do Reino. Assisto, agora, ao espectáculo que revive o baptismo cristão da sua Metrópole. Ontém, como hoje, se estabelece a mesma contradição geográfica no mapa das minhas emoções. Ao pisar pela primeira vez terras portuguesas, parecia-me que a elas apenas regressava.

Ao afastar-me delas, afigurava-se-me que aqui permanecia.

Chegada e regresso representam assim duas emoções diversas no itinerário sentimental dos brasileiros. Os que chegam, em verdade, voltam. E os que voltam, em verdade, ficam.

Voltam ou ficam, prisioneiros de uma palavra que nenhum dicionário estrangeiro logrou ainda traduzir, palavra que tem oito séculos de vida e está cada vez mais nova no coração do povo.

Cada um de nós poderia documentar num episódio ou num extase o poder desse sentimento, manifestando a impressão que lhe produziu o encontro com uma dessas imagens sagradas que a história esculpiu nos quatro cantos de Portugal. Afrânio Peixoto, tão identificado com a paisagem, como com a língua, sangue e espírito portugueses, não morreria sem escrever «Viagem na minha terra», espécie de biografia da outra pátria, daquela que adoptou, sem perder a sua. Pedro Calmon não entraria nos Jerónimos sem primeiro ajoelhar-se para beijar-lhe as pedras. Edmundo da Luz Pinto, o orador da Embaixada brasileira nos Centenários, ao despedir-se dos estudantes da Universidade de Coimbra, vendo os bancos onde se ilustraram tantas figuras eminentes na ciência, nas letras e nos destinos do Brasil, inclusivé o Patriarca político da nossa Independência, nome que resplende nos frisos dourados desta Casa em sua dupla grandeza de sábio e de artista — José Bonifácio de Andrade e Silva — emudeceu diante dos rapazes que instavam pela sua palavra. A única despedida, ao fitar o seio materno que aleitou tantas vocações providenciais à vida do Brasil, foi estender o braço ao portal da velha Universidade e, redobrando o entusias-

mo dos moços que o aclamavam, rogar filialmente; — «A bênção, Coimbra».

Em Póvoa do Varzim, certa vez, Gustavo Barroso fez vibrar o coração da gente, repetindo de memória o nome de todas as fortalezas com que os portugueses garantiram o domínio e a unidade das regiões brasileiras.



Também eu, senhoras e senhores, neste confissionário do espírito teria algo que referir das minhas peregrinações por esta terra. Algo que me pertence mais do que se saíra de mim. Tão espontâneo, casual e involuntário, que já o houvera esquecido, se uma testemunha do acto não insistisse em guardá-lo na memória, para avivar-me a recordação daquela tarde em que, juntos, subimos uma das colinas de Lisboa — aquela que leva ao Castelo de S. Jorge — minha mulher, minha filha, Joaquim Leitão e eu. Enquanto contemplávamos o espectáculo do ocaso, projectando-se sobre aquelas torres como se as quisesse encher de luz para a festa destes dias, sentimos a falta da menina, que teria, então, os seus dez anos de idade. Procurámo-la por toda a parte, em todos os ângulos do Castelo. Foram quinze minutos de sobressalto, durante os quais o extravio nos parecia uma eternidade. Adiantando-se à busca, Joaquim Leitão teve a alegria de saborear, como bom português, e primeiro que nós, a aventura daquela criança extraviada. A menina se retardara para colher uma rosa. E havendo lido que ali morrera em defesa da sua fé Martim Moniz, se afastara do grupo para jogar essa flor junto à porta que ele forçou e na qual ficou imprensado para que os portugueses entrassem no castelo sarraceno.

Relato este episódio, para apanhar do chão da Cidadela a flor que uma criança de dez anos colocou certo dia num dos lugares santos de Lisboa, e oferecê-la à Metrópole do Mundo Português, na hora da sua coroação intelectual, evocando aquele instante dramático do ano de 1147, quando a cidade era apenas um porto acolhedor pela benignidade de seu clima e opulência de seus moradores. Ali viviam habitualmente as famílias musulmanas mais prósperas de Almada, Palmela e Sintra, muitos negociantes da Península e de África e quantos amavam desfrutar a liberdade de costumes e aventuras dos centros ricos e populosos. Fortes muralhas a defendiam e um Castelo ou *Alcáçova*, de torres ao parecer inexpugnáveis, erguia-se como uma sentinela intransponível. Depois da Tomada de Santarém, Dom Afonso Henriques começara a alimentar a ambição de apoderar-se também de Lisboa, empresa difícil e arriscada, mas que lhe daria a posse de toda a província de Balata, As circunstâncias favoreceram a realização de seus desígnios. Na primavera de 1147, partia do porto inglês de Pots-

mouth uma armada de 200 navios de cruzados ingleses, flamengos, franceses e alemães, que se dirigiam à Terra Santa. Persuadidos pelo Bispo do Porto e seguindo instruções de D. Afonso Henriques, tomaram o caminho de Lisboa e entraram no Tejo. A 29 de Junho desembarcaram alguns dos cruzados e tiveram lugar as primeiras escaramuças com os infiéis. Nesse interim chegavam por terra as primeiras tropas do rei. Depois de longa e dramática resistência, os mouros capitularam. Por menor que seja nossa vontade de fazer história — porque a História já está feita não com palavras, mas com actos, a figura de Afonso Henriques (o terrível Ibn Errik, como lhe chamavam os mouros) deixa de ser estátua para humanizar-se na evocação de seu nome e de suas proezas. Perde aquelas colossais dimensões de *guerreiro assirio*, com que aparece nas estampas dos livros, e adquire a simplicidade de um combate astuto, daquele que, aproveitando a lição de um templário italiano de Pisa, projectou a torre de assalto contra a cidadela sarracena, fazendo com que se inventasse o castigo da Torre de Babel e que da mistura de idiomas e de raças dos cruzados da Europa, surgisse uma só linguagem — a do sangue que correu junto à base dos infiéis — para que Lisboa se naturalizasse cristã. No dia de hoje, há oito séculos atrás, os cristãos entravam no Castelo. A luz que vemos todas as noites emergir de suas torres como flores acesas, não têm apenas um sentido ornamental, mas um desígnio votivo. É o clarão dos archotes da cristandade. Neste dia, nesta hora, talvez «a base geográfico-marítima de Portugal estava ganha para não mais se perder. A Tomada de Lisboa lavra o acto de nascimento da Nação portuguesa, até aí envolvida nos limbos da geração. Portugal — escreveu Oliveira Martins — tem a existência confirmada pela sanção dos exércitos cruzados da Europa».

Neste berço, embalado pelo Tejo, a cristandade viveu um dos instantes da sua história.

E quem nos dirá que amanhã, ao choque de duas forças que hoje cautelosamente se espreitam, no embate entre dois mundos cujas ideologias se desencontram e se desentendem, um grande papel não estará reservado aos povos que sustentam corajosamente a sua bandeira e o seu rumo, e o sangue português não voltará a misturar-se em qualquer ponto da Europa, como há oito séculos se misturou na Alcáçova mourisca, para defender de novo a cristandade em perigo?



Ao estenderdes a um escritor brasileiro o convite para participar desta memorável sessão, quizestes honrá-lo com um título de cidadãnea que tem suas raízes na história comum dos dois povos.

Por muitos anos a Metrópole do Império Português foi a nossa

Metrópole. Aqui tiveram voz e assento os nossos representantes políticos. Aqui se formaram os nossos mestres e se modelaram os nossos estatutos.

A razão da minha presença nesta tribuna obedece a um mandato de affecto. Desejastes que na celebração do VIII Centenário da redenção cristã de Lisboa, aqui se ouvisse uma voz do Brasil.

Se eu não era a que estava mais próxima do vosso coração, era a que se encontrava mais ao alcance do vosso braço.

Chamaste-me. Aqui estou por mim e pelo que represento como expressão da terra americana, da distância até onde chegou a acção civilizadora de Lisboa.

Trago-vos na minha palavra a mensagem de meus avós portugueses, que se inclinaram diante do Reino e das Côrtes, prestando fidelidade à Metrópole do Império. Trago-vos, sobretudo, o testemunho de reconhecimento às vossas aptidões de semeadores de povos e criadores de pátrias.

Por sua resistência biológica de vencedor dos espaços e dominador de climas, por sua capacidade de adaptação, que o situa o gosto onde quer que o leve a rosa dos ventos, por essa faculdade de misturar seu sangue sem guardar o soberbo racismo das origens, por esse entranhado amor ao solo natal, que o faz transplantar-se a todas as terras, levando sempre o chão da pátria nos pés, é o português o mais curioso e original dos colonizadores europeus. Onde quer que viva um dos seus filhos, ali haverá sempre Portugal.

Isso explica o facto histórico da mudança da Corte para o Brasil quando da invasão napoleónica, inconcebível em qualquer outro povo de menor espírito de aventura e prisioneiro de suas lindes geográficas.

Virtude portuguesa esta de perpetuar-se dissolvendo-se em outros sangues e culturas, de imprimir os traços próprios na face dos homens de diversas cores e latitudes, — de ganhar a vida perdendo-a, — em obediência ao conselho das Santas escrituras.

Dia virá em que numa das praças do Rio de Janeiro se há-de levantar um marco comemorativo da trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil, facto que abriu uma nova era à Metrópole do outro lado do Atlântico, iniciando a transformação que deveria preparar o anfiteatro mais belo e acolhedor do Mundo.

Então uma voz portuguesa, convocada para celebrar as galas e graças da cidade, se orgulhará também de que o Rio de Janeiro haja sido ao mesmo tempo, a Capital do Brasil e a Metrópole do Império Português, inspirada pela mesma ternura e reverência com que, neste momento áureo da história de Lisboa, venho a saudar a «Rainha das Águas», que repartiu amorosamente com todas as flores do seu domínio todas as joias da sua corôa.

Quem quer que, no século XVI, em alguma longínqua tarde de verão, dessas luminosas tardes lisboetas, subisse ao monte da Boa Vista em Belver, (hoje Alto de Santa Catarina) e estendesse a vista sobre o lenço branco da cidade, abarcando os outeiros cretáceos da outra banda e a nacarada corda líquida do Tejo, onde se baloiçavam galiões e caravelas, podia dizer com razão, haver contemplado um dos mais imponentes espectáculos da história humana.

Veria a entrada e saída de barcaças diversas, dos mais variados topos e feitios, à busca de regiões remotas ou do regresso delas. Fro-
tas peçadas de especiarias do Oriente. Armadas vitoriosas apregoando nos cascos peripécias e conquistas. Naves solitárias, trazendo nas velas as marcas dos ventos tropicais.

Toda uma teoria de mastros e de prôas, evocando a jornada marítima de um século: as temerosas histórias imaginadas primeiro acerca do Cabo Bojador, depois do Cabo Não, retrocedendo ou desfazendo-se diante da marcha dos navegantes portugueses. Por fim o espantinho do Cabo das Tormentas, último baluarte da lenda. E a experiência amarga de Bartolomeu Dias, entrevistando o «Sacriliga Gigante» envolto em bruma, e o seu regresso desalentado com a certeza de que «ninguém poderia passar mais além». Um homem teimoso, porém, como D. João II, da teimosia do aço, dissipa o terror marinho e transforma o Cabo Tormentório em Cabo da Boa Esperança.

E a façanha da Índia! Bartolomeu Dias dirige a construção de barcos que, por seu tamanho e configuração, fossem apropriados para as largas navegações dos mares que ele sondou. A tradição aponta Azinheira, em frente de Lisboa, como o lugar em que se verifica a botadura das náus em presença de Dom Manuel. Um fidalgo duro e enérgico, afeito a dialogar com as águas, Vasco da Gama, é o capitão da Armada. No dia 8 de Julho de 1497 parte a expedição. Enche-se a praia do Restelo. Quase toda a população de Lisboa se desloca para a despedida. Organiza-se uma procissão solene, a que assistem os marinheiros em «pelote com sírios acesos nas mãos». Desde a ermida de Nossa Senhora de Belém até ao lugar em que se movem as caravelas há um caminho de povo. De joelhos recebem os que vão partir a absolvição de seus pecados e as graças espirituais logradas pelo Infante Dom Henrique para todos os que morram conquistando ou descobrindo terras para Portugal. Ouvem-se os gritos da multidão que chora com piedade dos que embarcam. E os sinos parecem tocar lùgubremente o responso dos que não vão voltar!

*«Quantos irão
Que não tornarão».*

Lisboa entrega as chaves que devem abrir a grande artéria oceânica que conduz à Índia. Em nenhuma outra época da história sucedem-se com tanta rapidez os Descobrimientos e se produz tão súbita mudança na direcção do comércio, arruinando nações até então poderosas e enriquecendo outras até então modestas e simples.

De 1497 em diante o estuário do Tejo não descança: em Março de 1500 (Domingo) e dia 8, sai a vistosíssima esquadra de Pedro Álvares Cabral «a mais formosa e poderosa — adverte em suas *Decadas* João de Barros — que até aquele tempo para tam longe deste Reino partira», com 1.200 pessoas entre marinheiros e homens de armas, todos gente escolhida, limpa e bem armada, e provisões para ano e meio.

Não tardarão muitos meses que os olhos afortunados de Dom Manuel percorram com avidez a carta que lhe envia o escrivão da frota e de cujo texto Cassiano Ricardo extraíu o argumento para o mais belo poema da sua obra, a «Ladainha» do Martim Cêrêrê:

Por se tratar de uma ilha deram-lhe o nome de ilha de Vera Cruz.

*Ilha cheia de graça
Ilha cheia de pássaros
Ilha cheia de luz.
Ilha verde onde havia
Mulheres morenas e nuas
arhangas a sonhar com histórias de luas
e cantos barbaros de pagés em
poracés batendo os pés.
Depois mudaram-lhe o nome
p'ra terra de Santa Cruz
Terra cheia de graça
Terra cheia de passaros
Terra cheia de luz.*

*A grande Terra girasol onde havia guerreiros de tanga e onças
ruivas deitadas à sombra das árvores mosqueadas de sol.*

*Mas como houvesse, em abundancia,
certa madeira cor de sangue, cor de brasa
e como o fogo de manhã selvagem
fosse um brasido no carvão noturno da paisagem,
e como a Terra fosse de árvores vermelhas
e se houvesse mostrado a nós gentil
deram-lhe o nome de Brasil.*

*Brasil cheio de graça
Brasil cheio de pássaros
Brasil cheio de luz.*

E a seguir, na primavera de 1500, a expedição de Gaspar Côrte Real ao Polo Ártico em busca da Índia. Em 1501, a armada de João de Nora; a 10 de Maio, a partida de Américo Vespuccio; no mesmo ano, véspera de S. João, o regresso de Cabral; a 1 de Abril de 1502, a segunda expedição de Vasco da Gama, já feito Almirante das Índias; depois, a de Afonso de Albuquerque; a de António de Saldanha; a de Lopo Soares; a de Francisco de Almeida; a de Tristão da Cunha; a de Jorge de Castro; a de Jorge de Aguiar; a de Fernando Coutinho; a de Gonçalo de Sequeira; a de Garcia de Noronha; a de Jorge de Melo de Albuquerque em 1512. Quando em 1513, se preparava o Duque Dom Jaime para atacar Azamor, manda-lhe o Rei «uma grossa armada que fez em Lisboa, em que haveria, — diz-nos Damião de Goes — entre náus, navios, caravelas, taforeias e barças, mais de quatrocentas velas». Seguem-se em 1514, 15 e 16, as armadas de Cristóvão de Brito, Lopo Soares de Albergaria e João da Silva. No ano seguinte, cruzam a barra as sete naves do capitão-mor António de Saldanha, enquanto na Ribeira se trabalha activamente na construção de sessenta navios para serem capitaniados pelo valente Diogo Lopes de Sequeira, qua vai tomar Targa.

Os estaleiros não repousam. A todo o momento se concedem privilégios e isenções aos mareantes.

Para sua marcha à Índia como Governador, são aparelhados para o mesmo Diogo Lopes dez grandes navios, com que a 26 de Março de 1518 sairá de Lisboa. Em abril do dito ano parte com 15 naus Pêro da Silva. Em Abril de 1520, com sete, Jorge de Brito. Em Abril de 1521, desprendem suas asas brancas os seis galeões do Vice-Rei da Índia, Dom Duarte de Meneses. E a 5 de Agosto viaja para Nice a bela Infanta Dona Beatriz, levando uma expedição de alegres argonautas.



E para que seguir? Com os azulejos dessas datas e a presença dessas náus se poderia reconstituir a cartografia do mundo actual, cujas linhas foram esticadas no mapa pelas prôas que daqui partiram.

Se eu fosse Rei de Lisboa, viria a ser o Rei do Mundo — haveria dito uma vez o Imperador Carlos V; mas seu herdeiro Filipe não soube aproveitar a frase e o conselho. E Lisboa não foi a capital da Península, conforme o desejavam seus conselheiros e letrados, que tiveram de assistir melancolicamente à decadência marítima do porto na

segunda metade do século XVI e princípios do XVII comparado com o vertiginoso movimento de outros tempos. Lisboa, em verdade, não sobressai entre as capitais europeias pelas suas riquezas monumentais. Cidade castigada por terremotos, foi reconstruída sem seguir um plano que lhe desse majestade e arquitectura. Um dos seus mais leais enamorados, o professor Reinaldo dos Santos, não teme lamentar a escassez de monumentos que condigam com a sua tradição e opulência. Fora do Terreiro do Paço, dos Jerónimos e das torres da Estrêla, que se avistam de toda a parte, são poucas as notas, verdadeiramente architectónicas na cidade que foi outrora a «porta do Ocidente».

A própria Sé, talhada em românico puro, é demasiado sincera na sua simplicidade: nenhum artifício para cobrir-lhe a pedra morena e medieval.

Elevando-se em anfi-teatro sobre sete-colinas, Lisboa parece ter desdenhado qualquer ornamento que não venha da sua própria situação geográfica, repartida entre o rio e o mar — debruçada sobre o Tejo — espelho móvel onde se refletem seus pináculos, minaretes e cúpulas. E essa joia manuelina que é a Torre de Belém, punho rendilhado, mão graciosa que se estende na praia para receber o viajante...

«Vi a baía de Nápoles e pergunto a mim próprio se a de Lisboa não a supera em graça e beleza», diz um viajante francês do século XIX, Begny D'Hagerue.

De Lisboa bem se poderia dizer que o seu grande architecto é o Tejo.

É ele que penteia e despenteia a cidade, que a modela para vê-la e ser visto, estendido a seus pés como um escravo que lhe oferecesse por todos os lados o espelho para mirar-se.

Por isso mesmo, a canção do povo pôs na garganta dos bairros o estribilho ondulante que identifica a cidade com o seu cortesão favorito, com aquele que lhe dá os variados matizes de suas tintas:

*«Lá vai Lisboa
com a saia cor do mar»...*

Faltam-lhe monumentos, é certo, os grandes monumentos que atribuem imponência às metrópoles e lhe dão esplendor urbano. Não lhe falta, porém, nobreza, essa nobreza que se levanta do chão nas duas torres da Sé e nas ameias evocadoras do Castelo, derramando, sobre o urbanismo das vitrinas comerciais da Baixa, a luz grave e castiça dos séculos. São duas peças de inventário do velho solar lisboeta. Sobre o centro, enfeitado e riscada a gás neon, (a cidade colonial, que quer fantasiar-se de Heyden Park), a Sé e o Castelo se pro-

jectam como duas sombras de família, postadas ali com seus livros de reza.

Ademais, Lisboa é uma cidade que vale mais pelos encantos de sua tradição do que pelas linhas do seu traçado. É mais episódio do que arquitectura. Suspensa sobre o Tejo, lembra um presépio entre o rio e o mar. Um presépio cheio de legendas. Cada sítio, cada rua, cada bronze, cada igreja, cada casa, tem uma história. Os Paços de S. Martinho, a Flor da Murta, as Ruínas do Carmo, o Chafariz de El-Rei, o Alto da Cotovia, o Sítio das Amoreiras, os Arcos de Alfama, a Mouraria do fado, a Bica dos Olhos, o Lagarto da Penha, a Rosácea da Sé, as vielas do Bairro Alto — quanta coisa, Santo Deus! — aninhada nos patamares das sete colinas que a sustentam.

No seu desdem pelo urbanismo está o seu carácter. Lisboa é avessa ao cálculo, a cidade que não estudou geometria, que se contenta de haver nascido à beira-mar, de estar mais próxima do céu e aprendido com ele o esmalte azul de suas faianças.



Cumprindo o seu destino na história do mundo moderno, nem por isso está encerrado o ciclo da grandeza de Lisboa. Uma nova missão, mais arriscada e transcendente, abre-lhe outros horizontes, descortinando uma paisagem apenas entrevista e imaginada nas novelas de Wells.

Quem poderá dizer o futuro desta Lisboa na era que nos trouxeram as asas de alumínio, das quais as primeiras a ensinar aos homens as rotas aéreas do Atlântico Sul foram guiadas pela sabedoria e intrepidez de dois marujos lusitanos, Sacadura Cabral e Gago Coutinho?

Prôa da Europa sobre o mar, tornou-se uma sentinela dos espaços, como o porto mais próximo da África e das Américas.

Portugal — disse-o de uma feita Eugénio D'Ors: — «é uma janela aberta sobre o oceano». Por isso, todas as cidades portuguesas possuem um miradouro que está dizendo adeus aos caminhos. Porque todas as coisas fogem de Portugal? Porque a terra é em si uma mensagem à distância. Um desafio de mapa. A promessa do mar. O convite do Céu.

Toda a sua vida é um longo idílio com as águas e com os horizontes. — Oriental por força do Ocidente e nórdico por excesso do Sul, quinta essência do anti-clássico, segundo a fórmula de D'Ors: «Há neste composto que chamamos a cultura da Europa dois únicos corpos simples: o clássico e o barrôco, representados, respectivamente, pela Grécia e Portugal. O resto é questão de dose».

Que terá este Portugal, perguntava outro espanhol, Dom Miguel

de Unamuno, para assim atrair-me? Que terá esta terra, por fora risonha e suave, por dentro atormentada e trágica? Não sei, porém, quanto mais vou a ela, mais desejo voltar. «Mirador da Europa sobre as águas e sob o céu, conversam suas cidades com o infinito e até aquelas que, como Coimbra, a solitária, estão distantes da costa, se põem na ponta dos pés para desde a cidade alta (todas as cidades portuguesas têm sempre Alta e Baixa) dar seu adeus às gaivotas. «Risonha e suave, concha traspassada de écos atlânticos, praia do mundo antigo, põe no continente sua nota vegetal orgânica, manuelina. Não há — perguntava Pedro de Lourenço, em cada casa um escudo, em cada escudo um condado, em cada condado cem romeiros, em cada peregrino cem navegantes? E nos olhos de todo um povo, profusa cópia de algas, de âncoras, de estrelas? Portugal é a terra menos terra que possa imaginar-se. Sim! terra marinheira — na expressão do cronista avoengo».

Toda a história lusitana havia girado, até agora, em torno do mar. O Oceano foi a razão de ser da Nação Portuguesa dentro da pele de touro da Ibéria.

Era inútil sonhar com um Portugal ruivo, medieval e agrícola, surdo «à voz de longe que lhe quer falar», no dizer de Miguel Torga.

O próprio nome da terra, tem cheiro de meresia. Parece derivar, mesmo que se lhe oponham outros étimos, do contacto das águas. Por isso, as duas primeiras cidades portuguesas são o Porto e esta Lisboa tantas vezes centenária, que esse pequeno «Mar da Palha» faz *celestial seems to be*, segundo o conceito de Byron.

Encerrando o capítulo de sua glória marítima, Lisboa é mais do que nunca a terra marinheira — *Finisterrae* — a última plataforma europeia em frente ao mar, o extremo ponto de apoio para o grande salto.

Já agora, porém, não só para as rotas molhadas pela salgada espuma do Oceano, senão para as travessias pelo céu sem fronteiras.

O primado da navegação aérea, que mais cedo ou mais tarde teria de ser levado ao crédito da nossa raça na figura daquele brasileiro miúdo e teimoso chamado Alberto Santos Dumont o qual, em 1905, no parque de Saint Cloud, em Paris, sustentou o céu nos ombros frágeis de seu primeiro monoplane, abre-nos as portas de uma era a cujos vértices só poderia chegar a voz dos profetas.

Em Lisboa tomam terra as companhias internacionais que dominam os espaços. É o obrigatório ponto de descanso para os aviões que enlaçam o velho e os novos mundos.

O berço azul do Tejo, onde se emplumaram as primeiras asas que fizeram a travessia ao Brasil sem escala, é agora, por mercê do destino, a encruzilhada dos caminhos aéreos.

Talvez caiba a Portugal e, em particular, a Lisboa, símbolo e resumo da Nação, um papel análogo na futura exploração interplanetária ao que desempenhou, em outras épocas, no descobrimento das regiões ignoradas do nosso globo.

Se a história se repete no âmbito cósmico, no dia em que um *yanke* afoito, pilotando um *robot* fantástico, transpuzer as camadas extra-terrenas, realizando o sonho de Júlio Verne, quiçá já encontre lá algum português madrugador, como aqueles que se anteciparam nos caminhos da Ásia e dos quais nos dá notícias o verídico Frei Heitor Pinto.

E o futuro habitante dessas plagas que subir dentro de cem anos, ou talvez menos, na Portela de Sacavém, num dia azul estrelado de asas de alumínio, se identificará com aquele que, no século XVI, contemplou as caravelas que saíam para o alto mar.

Será o encontro de duas épocas. Limite de duas eras: a que, saíu do mar, à caça de novas terras; e a que enfrentou o espaço, em busca de novos céus.

EVOCAÇÃO LÍRICA DE LISBOA

Por CECÍLIA MEIRELES

Acordas num lugar de brumas: brumas azuis e cor de rosa. Não tens a certeza do céu, mas sentes em redor de ti um arejado bocejo de água. Dizem-te: LISBOA. Não podes ainda ver claramente. São tudo espumas de aurora. Mas de repente o sol atira certa uma chispa de ouro. E sentes um brilho súbito de nácar descoberto. Repetem-te: LISBOA. Percebes à beira do rio aquele caramujo enrodilhado, que vai ficando cintilante, poliédrico, de ouro, de vidro, de límpido e húmido azulejo. É um caramujo quieto, à cuja sombra o rio inventa e desmancha líquidos jardins de muitas cores. É um caramujo de outros tempos, que escudou muitas fábulas que guarda dentro de si uma vasta memória marinha e em seus dédalos interiores, de sucessivos espelhos, vê passarem reis, cortejos, mártírios, intermináveis navegações.

Obrigam-te a chegar perto, a pisar um chão que não sabes bem se existe: e em tudo percebes a respiração e o alimento do mar. Entras numa torre que está mergulhada na água. E pensas em condenados que se puderam desfazer em limo, em alga, cujos suspiros devem andar incorporados ao lamento longo das ondas, cujas lágrimas se foram como ribeiros ao rio, e de rio a todos os oceanos onde estarão até quando nunca mais se chorar.

Chegas a um mosteiro, e vês o mar encrespando-se em pedras, vês um lavor só de água formando grutas, contorcendo-se em todas as cristalizações que pertencem às planícies submarinas: vês a medusa e a estrela, e o copioso nascimento do coral.

Sais como um mergulhador sentindo ainda às costas o peso dessa riqueza oceânica, e na primeira mulher que encontras reconheces a Sereia dos mares clássicos, arregaçando suas saias de onda, erguendo o busto de areia, levantando nos ares a canastra espelhante de peixe. Queres ouvir-lhe o canto e não o entendes. Ó linguagem das naiades, ó grito das vastas solidões! — Queres segui-la, e não podes: ela não anda: resvala — deslisa pela beira do dia e logo desaparece, por seu destino marinho, e ao longe sua voz é um bordado caído no rio, por onde os peixes vão correndo, todos transparentes.

Vais contornando esse lugar de saudade e encontras as grandes barcas briosas que vão para a pesca, e, ainda com muçulmana paciência, vês enrolarem os cordéis para os anzóis, com tal vagar e simetria, dentro de cestos redondos, como se ali na areia não os estivessem enchendo, mas pròpriamente tecendo-os — de seda em seda levantando-os.

E olhas para o interior das casas que são como aquários, onde uns altivos

camarões estendem seus lisos bigodes mongóis e gigantescas lagostas meditam sobre a fina cerâmica da sua arquitetura.

Por toda a parte sentes o cheiro da água, o apêlo à navegação, um chão mole de praia próxima, um desejo de desprender velas. Até o cavalo de D. José vai ficando verde, comido de mar, gasto pela salsugem desta saudade marinha que lentamente vive minando tudo.

Vês a praça do mercado, e juras que tudo isto nasceu das águas; não é orvalho nem chuva, nem rega das hortas que goteja dos desabrochados repolhos, que escorre pelo caprichoso mármore das abóboras; é uma água mais longa, que funde os pés, das regateiras num pedestal móvel — escorregadio, sem fortes certezas de terra. Sua voz também é de alto mar; grito de temporal, exclamação entre mastros, em horas viris de aventura, com o naufrágio aberto ao redor.

De rampa em rampa, chegas ao cimo desse caramujo imóvel — e é o rio que te seduz. Mesmo se te levarem a Sintra, se te afogarem em árvores, é a transparência das águas que estás sentindo através das largas folhas, é o capricho das espumas que vês brilhar frouxamente na vaga inflorescência.

Retornas enfeitado. Queres fugir a esse contorno que a maresia desenha, esse contorno sussurrante e acre. E vais pelo labirinto do imóvel caramujo.

Mostram-te palácios fatigados de tetos tão faustosos; igrejas onde (entre a dormente prata imortal, as negras arcas perenes) estão envelhecendo os santos, com suas barbas de pó e seus carunchosos dedos de que se vão despreendendo os milagres em liberdade. Mostram-te museus onde há coches para rodar pelo mundo da mitologia, tapetes para te fazerem esquecer as histórias da gente de hoje, sem mistério; panóplias para te sugerirem, uma nova conquista do mundo; e saís de tanta riqueza e tanto sonho como sob um malifício, e vais à procura dessas velas sujas, por onde perpassam gatos desconfiados até das sombras dos homens; por essas velas que cheiram duramente a coisas pobres, onde crianças, sarapintadas de lama, rolam pelas pedras com uma alegria intemporal, um movimento sonhado, um entendimento sem plavras; e vês por cima da tua cabeça roupas que não pertencem a nenhuma época, estendidas de uma casa para outra, como se não pertencessem também a dono certo. E perguntas que gente pode viver por aí, e és atravessado por um sentimento estranho, de desgraça, e grandeza, como se não pudessem viver de outra maneira os netos dos heróis, essa raça despreendida das leis humanas, retalhadas de acasos, exposta cada dia à morte, sem raízes nesse território firme em que as pessoas comuns plantam sua casa, seu recreio, seu túmulo. Voam as roupas cheias de adeuses no alto das nuvens. Na janela negra, canta um passarinho e abre-se uma flor.

Erras por esses lugares e sòmente por aí podes encontrar figuras de égloga. Sòmente por aí podes ver pés que sabem estar tão lindamente descalços, com tanta pureza sujos, com tanta graça pousados nas pedras que vais procurando até o princípio das idades as gerações de pés nobremente desnudos que um dia transformaram a rotina do passo na insólita invenção da dança.

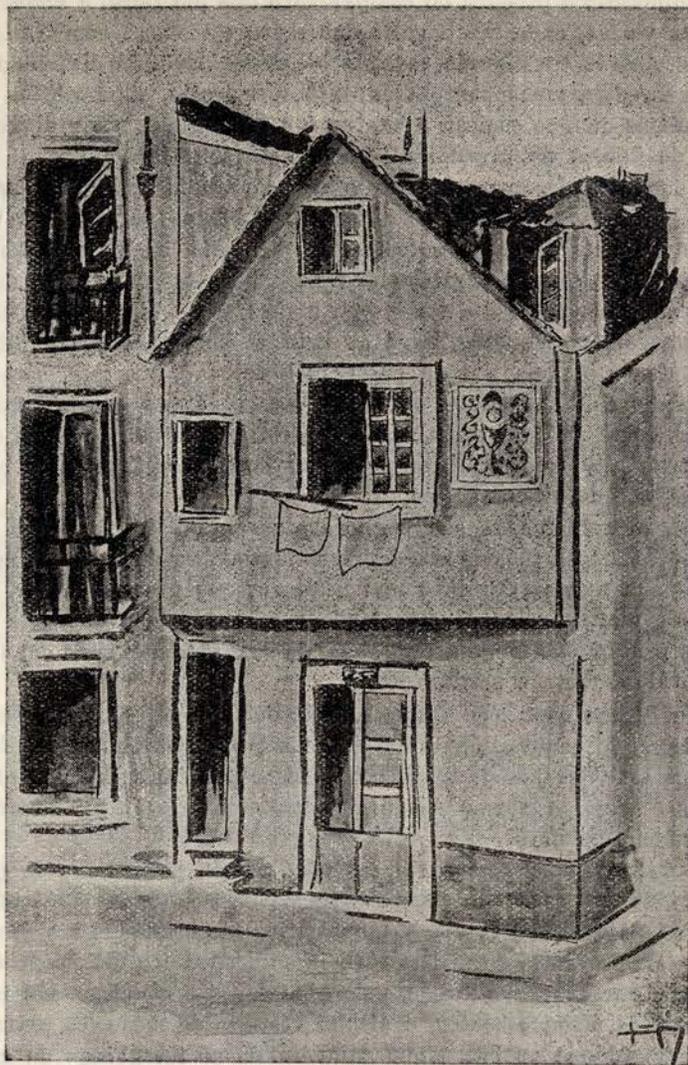
Querem levar-te por essas casas sumptuosas onde as últimas figuras de Eça de Queiroz, preocupadas e embaraçadas com o monóculo, o chapéu, a piteira e as polainas, esmiuçam asas de perdizes, discutindo brasões, romances franceses, alongando pestanas mouriscas a pitorescas damas turísticas de tempos ainda sem guerra. Mas tu preferes a penumbra dos cafés sonolentos, em cujas mesas todos os poetas da Lusitânia fincam algum dia o cotovelo e a fronte apoiada ao punho criam aqueles sonhos que eles mesmos não governam, que são construídos como acima de sua cabeça por séculos de desejada vida, de esperanças obscuras, e no entanto latejantes como o próprio coração. Preferes esses cafés, em cujas mesas amargas mas inspiradas vão traçando versos que ninguém ouve, histórias que ninguém lê, um mapa de paixão sobre mármore precário, que o criado vem lavar sem tristeza, sem piedade, como acaso patético do tempo, que desfaz, elimina o acontecido.

Querem levar-te pelas ruas novas, querem que admires os palácios recentes, de dentro dos quais estás sentindo uma ressonância de estrangeirismo alardear falsidades. Mas segues é pelas ruas sombrias, e olhas é para as casas de sucessivas varandas, todas diversas uma das outras, e até a mansarda misteriosa, onde não consegues saber se há uma velhinha cosendo roupa para o neto que anda num barco, ou um neto querendo entender nos livros a razão da morte e da vida.

Mais as avenidas claras, as ruas negras agarram-se aos pés do caminhante; aí as casas fechadas estão de bruços, e fitam o transeunte como quimeras, esfinges, medusas. Têm corvos pousados na testa. Têm a cara toda em bicos. Têm varandas de ressalto, como escaletes para algum desembarque. Como as velhas fidalgas dos retratos apoiadas em espaldares, em mesas inverosímeis, também elas se recostam em arcos que dão passagem para o sobrenatural, a portas cuja serventia ficou paralisada, mas sobre as quais sente inscrita a assombração inexplicável e para sempre.

Hão-de dizer-te que há praças movimentadas, com eléctricos rodando como um carrussel, com meninas tímidas, que acreditam em novelas, baixando os doces olhos à possível aproximação do impetuoso herói. Mas tu procurarás a praça mais escondida, com o seu jorro de água, com os seus degraus molhados, com suas raparigas assustadiças que aparecem e desaparecem pelas paredes, pelas escadas, pelas rampas, por mil esconderijos de moiras. E ainda estarás ouvindo o rumor do mar pela pedra, no riso que deixam ao passar, antes de se encantarem no seu reino, que não penetras.

Hão-de falar-te em belas mulheres caprichosas, que desabrocham em redor dos teatros, que cruzam as ruas de luxo e fazem parar com súbito assombro o gesto do derradeiro romântico ainda peroração à porta das livrarias, — o chapéu de abas largas, a capa de ópera, a gravata ao vento. Mas tu queres ver a mulher triste que anda cumprindo o fado pelas ladeiras de sombra, sob as janelas morticagas, na solidão da meia-noite, como se fosse solidão e meia noite na terra inteira, em todos os planetas e até no céu.



*A casa seiscentista da Rua do Cego — um dos documentos
construtivos que serve de cartaz à velha cidade*

(Desenho de JOAQUIM DE MATOS SEQUEIRA)

E caminharás à procura do companheiro que lhe falta, e andarás por essas encruzilhadas vazias, onde até o vulto das casas estremece com o pisar dos passantes, e descobrirás em alguma taverna o homem que está cismando coisas difíceis, que se enredam umas nas outras — barcos, sorte, superstição, o homem de viola e de naipes que, se começa a cantar é o mesmo que abrir diques de séculos a torrentes de jamais compreendida nem consolável melancolia.

Pela suave tarde, quererão que vejas os pardais crepitando nas árvores e as finas senhoras esquecendo-se do dia entre chávenas perfumosas, tomando nos vagos dedos displicentes essas gulodices tradicionais, como jóias ténues; a filigrana dos doces de ovos, o camafeu das amêndoas, esses retratos da ilusão que são os transparentes pastéis, desfeitos ao mais brando toque. Mas tu verás tudo isso e caminharás, sem querer, para os bairros ásperos, cujos habitantes dirias estarem ali desde o mais remoto passado, bruscos e imortais, com o seu copo rústico de vinho denso, e a sua sardinha lourejando no azeite. Tudo tão forte, tão autêntico, que a própria vulgaridade tem estilo e beleza, e se une directamente à nobreza mais alta, sem trânsito pelo janotismo supérfluo, pelo artifício casquilho e anedótico de alguns salões.

Dorme, afinal, Lisboa seu sonho de caramujo enrolado em lembranças. Quererão que escutes a música dos bairros iluminados, de seus casinos e teatros, mas é a pequena música dorida e mal afamada que precisas ouvir, porque está entrelaçada de muitas veias de eternidade e não vale pelo que dela nitidamente se ouve, mas pelo que ao longe acorda, quando soa, pelo que zune em suas franjas, emaranhadas de derrota e perduração.

Dorme Lisboa com seus fantasmas de reis, de degredados, de descobridores, de mártires, de gente afogada em cataclismos, esquartejada em forcas, festejada com esplendor que jamais se repetirá. Silêncio tão aconchegado que os doentes dos hospitais é como se não sofressem, e perguntas até porque haverá sentinelas à porta da cadeia calada.

É quando percebes como ressoam teus passos pelas ruas de pedra; pelas enormes escadas das casas de quatro andares com os degraus já tão gastos no meio. E sentes o suspiro do rio abrir-se na noite, evaporado em frágil música.

Do último mármore do último café já se despediu o último poeta. Que canseira de versos por cima das mesas, pelo espaldar das cadeiras. Há muitas horas se extinguiram os últimos boatos, o último vestígio de mexerico extraviado pelas calçadas. Andam longe as bocas que falavam. E só há pontas de cigarros pelo chão. Cada um vai começando a sonhar o sonho que pode: há o sonho complicado dos hotéis de luxo, com prestidigitação de orquídeas e diamantes. Há o sonho espetacular das ruas novas com perguntas que amanhã teremos de interpretar no claro dia. Há o sonho das ruas antigas, grandes chorosos, com rostos do passado, casos por acabar, uma inquietação de raça que nem dormindo se esquece. Há o sonho das velas negras, — sobressaltados sonhos — com o grito repentino de quem não sabe se ainda pode dormir ou se já deve acordar. Há o sonho dos jardins públicos, da soleira das portas, dos lampeões discretos; livre sonho sem limites

como no princípio do mundo, quando não havia paredes nem tetos. Há o sonho das estátuas, no meio da noite, em pleno tempo, encarando-se umas às outras, recordando-se, de olhos para sempre abertos. Há o pequeno sonho dos pardais, debaixo das asas, por cima das árvores e o oscilante sonho dos peixes ao longo do rio, do rio acordado, do rio sem pausa nem esquecimento, sem ontem nem dia seguinte, guardando a sua cidade, rondando todos os sonhos, construindo, num ritmo certo, seu corpo esbelto e sem cansaço.

Sabes que é amanhã por estas vozes que se levantam em redor de ti com seus pregões singulares; vozes cabalísticas que anunciam números de sorte; vozes frescas, recém-colhidas, húmidas, vozes saídas de vergéis e derramando aroma de flor e sumo de fruta. Mas principalmente pelo grito agudo e intraduzível da varina que outra vez vem à tona do rio, com as pregas da saia amoldando-se à escultura das ancas, e as mãos de coral brunido cintilando entre os peixes.

Ficas deslumbrado na névoa matinal, perdido entre os azulejos que começam a despertar, um a um, e são olhos de todas as cores mirando o céu e espiando o dia. De todos os lados recibes esses olhares, esses lampejos. Principias a recordar as mãos que numa hora sem data suspenderam para sempre essas pequenas lembranças eternas em redor da encaracolada cidade. Principias a recordar as mãos que marcaram cada pedra da sua construção com essa forma simples e forte como a que o dono prega a fogo no lombo das suas rezes.

Sentes em redor de ti o poder e a graça; o peso de um velho destino épico e a airoza leveza de uma luz que, sobre o severo passado, desenha uma asa quase frívola.

Ficas tão rico de antigamente, tão vencido por um amor de cancionero, por uma ternura conventual, dolorosa, — e ao mesmo tempo desejas sorrir, dançar, não pensar nada, ficar por essas praças, por esses jardins que são a imagem da vida e por onde andam crianças como pequenas flores soltas, com laços nos cabelos, como felizes borboletas aprisionadas.

Tens vontade de estar em todas as varandas, de olhar a paisagem por todos os lados, de avistar os caminhos que desaparecem longe de ti. Que está para acontecer? A quem esperas? Tens vontade de ficar agarrado a esse caramujo de nácar, de percorrer sem descanso os seus recessos — e ao mesmo tempo sentes o rio — ah!, o rio... — e tens vontade de partir, de descer pela onda azul que vai baixando, degrau por degrau, até à praça rumorosa do oceano... Vontade de partir para tornar a voltar... E é quando avistas as gaivotas que sobem tão lisas, com seu peito de alabastro, suas asas finamente lavradas, e vão atrás dos navios, loucas pela distância que se vai alongando, e na qual penetram certeiras e altivas, sem se esquecerem de onde partem, por mais longe que se aventurem.

Se lhes perguntares aonde irão pousar, depois de terem visto o mundo, as viagens, o ar sem termo, a largueza da água, responderão: «Em Lisboa». Em Lisboa. E elas mesmo não sabem porquê. Tu também não sabes, não entendes. Ficas apenas extasiado.

O LIVRO DAS MARCAS DE OURIVES, DA CÂMARA DE LISBOA

(1791-1833)

Por MANUEL SANTOS ESTEVENS

(Continuação)

- 72 I . *
P. N. NUNES (*Joaquim Pedro*) P
- Mestre do officio de ourives da prata, morador no seu arruamento. Apresentou em 1797-Janeiro-12 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I P. N
(*fl. 10 v.*)
- 73 I. A. O. OLIVEIRA (*José Anastácio de*) P
- Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua Nova da Palma e com loja de ourives da prata no seu arruamento. Apresentou em 1804-Fevereiro-22 a registo na Secretaria do Tribunal do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I.A.O.
(*fl. 22*)
- 74 R. A OLIVEIRA (*Rosendo Alvares (?) de*) O
- Mestre do officio de ourives do ouro, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1807-Julho-8 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais R.A (No termo aparece Alves e na assinatura Alz) (*fl. 33*)
- 75 U S O * OLIVEIRA (*Vicente da Silva e*) P
- Mestre do officio de ourives da prata, morador e com loja no seu arruamento. Apresentou em 1792-Julho-23 a registo na Secretaria do

- Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais USO (fl. 2)
- 76 I R. O. *ORTIS (João Ramos)* P
Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua Direita da Praça e com loja no seu arruamento. Apresentou em 1810-Fevereiro-12 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais IR.O. (fl. 41 v.)
- 77 B. A. P. *PATACÃO (Basílio António)* P
Mestre do officio de ourives da prata. Apresentou em 1827-Fevereiro-23 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais B.A.P. (fl. 58)
- 78 A. P * *PEDRO (António)* O
Mestre do officio de ourives do ouro, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1807-Junho-25 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A.P (fl. 32v.)
- 79 I V P * *PEIXOTO (José Vieira)* P
Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1804-Janeiro-24 a registo na Secretaria do Tribunal do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I V P (fl. 21)
- 80 I B P * *PEREIRA (João Baptista)* P
Mestre do officio de ourives da prata, morador no seu arruamento. Apresentou em 1792-Outubro-12 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais IBP (fl. 3)
- 81 M. I. P. *PEREIRA (Manuel José)* P
Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua Direita dos Anjos, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1797-Dezembro-22 a registo na Secretaria do Tribunal do Senado da Câmara de

- Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais M.I.P. O termo não se encontra assinado pelo apresentante (fl. 12)
- 82 Q.A.P. *PEREIRA (Quirino António)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua Direita dos Anjos, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1816-Julho-26 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais Q.A.P. (fl. 47)
- 83 A.L.P. *PINTO (Alexandre Luís)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento n.º 55, morador na rua Nova dos Correios. Apresentou em 1821-Março-2 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa, a sua marca, que constava das letras iniciais A.L.P. (fl. 51 v.)
- 84 A. C. P. *PINTO (António Clemente)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, por carta de exame que apresentou, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1828-Março-5 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A.C.P. (fl. 59 v.)
- 85 F. M. P * *PINTO (Francisco Monteiro)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua Bela da Rainha. Apresentou em 1800-Setembro-1 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais F. M. P (fl. 16)
- 86 G. I P *PINTO (Gregório José)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1804-Novembro-22 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais G. I P (fl. 25)
- 87 R. I. P. *PINTO (Raimundo José)* O
 Mestre do officio de ourives do ouro, por carta de exame que apresentou, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1833-Abril-17 a

- registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais R. I. P. (fl. 61)
- 88 D. P. *PONTES (Domingos Cardoso de)* O
Mestre do officio de ourives do ouro, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1807-Agosto-3 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais D. P. (fl. 36)
- 89 T R R * *RAPOSO (Timotéo Ribeiro)* P
Mestre do officio de ourives da prata, morador ao arco da Graça, freguesia do Socorro e com loja no seu arruamento. Apresentou em 1792-Julho-27 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais T R R (fl. 2 v.)
- 90 A. I R *REIS (António José dos)* P
Mestre do officio de ourives da prata, morador na calçada de Santana, freguesia da Pena, e com loja no seu arruamento. Apresentou em 1815-Julho-15 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A. I R (fl. 46 v.)
- 91 D. R. *REIS (Domingos dos)* P
Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento, e aí morador, freguesia de S. Nicolau. Apresentou em 1807-Julho-10 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais D.. R. (fl. 35 v.)
- 92 A. I. A. R. *RIBEIRO (António Joaquim Antunes)* P
Mestre do officio de ourives da prata, por carta de exame que apresentou, com loja no seu arruamento e morador na mesma rua, freguesia de S. Nicolau. Apresentou em 1825-Fevereiro-21 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A. I. A. R. (fl. 55 v.)
- 93 D. C. G. R. *(RIBEIRO (Daniel Cristóvão Gonçalves))* P
Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua dos ourives da prata n.º 61, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1814-Ja-

- neiro-12 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais D. C. G. R. (fl. 44 v.)
- 94 I A. R. *RIBEIRO (José Anastácio)* P
Mestre do ofício de ourives da prata, com loja no seu arruamento n.º 5 e morador na mesma rua n.º 35. Apresentou em 1817-Novembro-10 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I A. R. (fl. 47 v.)
- 95 I. I. A. R. *RIBEIRO (José Joaquim Antunes)* P
Mestre do ofício de ourives da prata, com loja no seu arruamento e aí morador. Apresentou em 1823-Abril-22 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I. I. A. R. (fl. 53)
- 96 A. I. R. *RODRIGUES (Ângelo José)* P
Mestre do ofício de ourives da prata. Apresentou em 1827-Abril-26 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A. J. R. Assina Roiz (fl. 59)
- 97 B I R. *RODRIGUES (Bernardo Joaquim)* P
Mestre do ofício de ourives da prata, pela carta de exame do seu ofício, morador na travessa dos Retroseiros, freguesia de S. Nicolau, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1809-Novembro-15 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais B I R. Assina Roiz (fl. 39 v.)
- 98 I. I R * *RODRIGUES (Joaquim José)* P
Mestre do ofício de ourives da prata, morador e com loja no seu arruamento. Apresentou em 1792-Julho-23 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I. I R, assinando Roiz (fl. 2)
- 99 A. J. R * *ROQUE (António José)* P
Mestre do ofício de ourives da prata, morador e com loja no seu arruamento. Apresentou em 1792-Julho-5 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A. J. R (fl. 1 v.)

(Continua)

UMA ÉPOCA NOTÁVEL EM LISBOA

por CARLOS FERNANDES

Nesta ocasião do 8.º Centenário da Lisboa Portuguesa, talvez caiba bem a citação duma obra vasta e visível feita numa quinzena de anos, entre os últimos do reinado de D. Luís e os primeiros do reinado de D. Carlos, e dos elementos que existiam para embelezar e animar a vida cidadina dessa mesma época.

Construiu-se o bairro Estefânia, o bairro Camões, o bairro Andrade, a Avenida da Liberdade, o túnel do Rossio, o 1.º Jardim Zoológico, o Avenida-Palace, a Praça do Campo Pequeno, o Coliseu dos Recreios, o arrabalde do Monte Estoril, o teatro D. Amélia (hoje S. Luís) a Escola Médica, a Avenida D. Amélia (hoje Almirante Reis) e cometeu-se ainda a grandiosa obra do Porto de Lisboa.

Deve-se este famoso ciclo de obras renovadoras da cidade a um grupo de estadistas, vereadores, capitalistas e engenheiros como Fontes Pereira de Melo, Anselmo Braamcamp, Rosa Araujo, 1.º Conde de Burnay, António Augusto de Aguiar, Ressano Garcia, Fernando Palha, dr. Sousa Martins, António Macieira pai, Albino J. Baptista, Elias Garcia, Carlos Anjos, Mariano de Carvalho, Joaquim Pedro Monteiro, Marquez da Foz, António Ramos, Conde de Moser, Emídio Navarro, etc.

Que série maravilhosa de trabalhos! Que dispêndio de energias e de capitais! Que amor à cidade!

É bom notar que foi numa época de muito maiores obstáculos, com menos dinheiro e menos inventos aceleradores das construções do que hoje.

E ao lado desta formidável obra de pedra e cal, houve, da gente da mesma época, a fundação de vários organismos que realçaram a sua clarividência e ainda hoje são admiráveis pela benemerência e arte que espalham. Assim citaremos a fundação da Sociedade de Geografia, do Ginásio Clube Português, do Ateneu Comercial de Lisboa, da Cruz Vermelha, do Turf Clube, dos Albergues Nocturnos, da Assistência aos Tuberculosos, do Museu do Carmo, do Clube Taumáquico, dos Museus das Janelas Verdes, da Artilharia e dos Coches, e, no comércio, os Armazéns Grandela.

E essa famosa geração marcou fortemente no domínio das letras, das artes e das ciências. Que legião de consagrados ela nos lembra! Nas letras Camilo. Eça de Queirós, Pinheiro Chagas, Latino Coe-

lho, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Fialho de Almeida, Oliveira Martins, até aos primeiros volumes de Júlio Dantas.

No jornalismo deu-nos colossos como Emídio Navarro, António Enes, Mariano de Carvalho, Magalhães Lima, Eduardo Coelho, etc. Na pintura admiraram-se Columbano, Malhoa, Carlos Reis, Salgado, Silva Porto, Condeixa, Girão, Greno, e muitos mais. Deu-nos o ainda não excedido Rafael Bordalo Pinheiro com o seu lápis e as suas faianças. Na poesia foi grande a fecundidade, brilhando João de Deus, Junqueiro, Gomes Leal, Antero, Tomás Ribeiro, António Nobre, Cesário Verde, Eugénio de Castro, António Correia de Oliveira, etc. Na escultura Soares dos Reis e Teixeira Lopes foram portentos. Vibraram oradores como António Cândido, Alves Mendes, João Arroio, Hintze Ribeiro até à chegada de António José de Almeida e Alexandre Braga.

Essa época foi também a época áurea do teatro e da tauromaquia. Os teatros de Lisboa, tinham companhias especializadas e homogêneas de grandes artistas. Assim o D. Maria tinha os irmãos Rosas, Brasão, Taborda, Virgínia, Rosa Damasceno, Lucinda Simões, Ferreira da Silva, José Ricardo, António Pedro, Joaquim de Almeida, Angela Pinto, Augusto Melo, no género dramático e de alta comédia. A ópera cómica tinha, no Trindade, Queirós, Ana Pereira, Augusto, Leone, Florinda, Amélia Barros, Lucinda do Carmo; no Ginásio a comédia-farsa, tinha Vale, Marcelino Franco, Bárbara, Cardoso, Jesuína, Telmo que era um conjunto de grande veia cómica, e no antigo Príncipe Real, hoje Apolo, havia uma harmónica companhia para o género «drama popular», com Alvaro, Gil, Adelina Abranches, Pato Monis, etc.

Estas companhias teatrais permaneceram muitos anos nos mesmos teatros e daí as suas grandes harmonia e especialização.

Na música pela mesma época brotaram Alfredo Keil, Augusto Machado, Ciriaco Cardoso, João Arroio, Carlos Sauvinet, os quais deram partituras que jamais morrerão.

Na literatura teatral avultaram D. João da Câmara, Marcelino Mesquita, Lopes de Mendonça, Eduardo Schwalbach, Gervásio Lobato.

A época teve como espectáculo predilecto a tauromaquia. Com a abertura da Praça do Campo Pequeno ela subiu ao rubro. A praça construída pelo entusiasmo de grandes amadores como Joaquim Pedro Monteiro, Anastácio Gomes, Pinto da Silva, Dias da Silva, Albino Baptista, e animados empresários Costa Guerra, Luís Gama, Cipriano Batalha e outros trouxeram a Portugal os grandes espadas espanhóis como Guerrita, Lagartijo, Fuentes, Reverte, que em camaradagem com os nossos Manuel Mourisca, Alfredo Tinoco, Carlos Relvas, António Baptista, e animados empresários Costa Guerra, Luís Gonzaga, Cipriano Batalha, Luís da Gama, e outros trouxeram a Portugal grandes

espadas espanhóis como Guerrita, Lagartijo, Fuentes, Reverte, que em camaradagem com os nossos Manuel Mourisca, Alfredo Tinoco, Carlos Relvas, António S. Martinho, Alfredo Marreca, Vitorino Froes, os irmãos Robertos, os Peixinhos, etc., deram tardes de alegria e de vida que jamais se apagarão na memória dos que a essas toiradas assistiram.

Para em tudo essa grande época ser completa até nas armas produziu vultos como Serpa Pinto, Joaquim Mousinho, Eduardo Galhardo, Azevedo Coutinho, a par de Capelo e Ivens, como sertanejos.

Esta época que embelezou Portugal na transição de dois séculos, e que deu nomes nacionais e internacionais, merece que a actual geração faça o possível para a suplantar. Assim, é que se mostra o amor a uma pátria, a uma terra natal ou a uma terra adoptiva.

OS PAÇOS DE XABREGAS

Por FERREIRA DE ANDRADE

(Continuação)

Em 1556 eram proprietários de todo o terreno que do mosteiro da Madre de Deus ia entroncar com o convento de São Francisco o escudeiro da Casa Real António Álvares Estaço e sua mulher Isabel Gomes. A propriedade — que era foreira em três vidas ao Hospital Real de Todos os Santos — tinha, então, as seguintes confrontações, segundo consta da escritura já referida: *da banda do sul com a praia do mar, assim como vai da orta do Mosteiro da Madre de Deus, do acabamento das parreiras no lado de longo da praia, até ir pelo rio acima e da parte do mosteiro de São Francisco com o dito rio que vem por entre as ortas e da parte do norte orta que tras Antonio Gonçalves, filho de João Gonçalves e é do dito hospital* ⁽⁹⁾ *que sohia (sic) a ser do dito senhor e do poente com estrada que vai da cidade para o mosteiro de Chelas e mesmo com outras confrontações com que parte e de direito deve partir.*

A escritura da transacção da propriedade realizou-se no dia 17 de Abril de 1556 na própria moradia de Antonio Alvares Estaço. Outorgou, em nome de D. João III, o licenciado Bernardim Esteves de Alte, fidalgo e juiz dos feitos da fazenda da Índia. O dr. Esteves de Alte apresentou um alvará de procuração do Rei com *hua apostilha que todo era asinado por sua Alteza.*

Por sua vez, António Alvares apresentou *hũ alvará de consentimento do padre Diogo de Cristos, provedor do hospital de todos os santos da dita cidade de Lisboa, que lhe passou para se fazer a venda das propriedades adiante declaradas de que o dito hospital he o direito senhorio.*

⁽⁹⁾ Além dos terrenos adquiridos por D. João III para os seus Paços, outras propriedades, em Xabregas, eram foreiras ao Hospital Real de Todos os Santos, segundo consta dos *Livros de Chancelaria* (*Liv.º XII da Extremadura*, D. Manuel, fol. 59 V.) Para um possível estudo deste local deve consultar-se os seguintes códices referentes a vários aforamentos: a Bartolomeu Fernandes — *Livro IV da Chanc.* de D. Afonso IV, fl. 22 v.; a João Anes Marecas — *Livro IV da Chanc.* de D. João I — fl. 92; a José Gomes — *Livro X da Extremadura*, fl. 189, de D. Duarte; a Afonso Anes — *Livro XI da Chanc.* de D. Duarte, fl. 187 e *X da Extremadura*, fl. 180 V., a João Anes — *Livro I da Chanc.* de D. Duarte, fl. 178; a Margarida Gonçalves — *Livro I da Chanc.* de D. Duarte, fl. 213; a Pedro Esteves — *Livro XXVIII da Chanc.* de D. Afonso V, fl. 9 e *Livro V da Extremadura*, fl. 47; a Isabel Anes — *Livro XXXI da Chanc.* de D. Manuel, fl. 73 e *I da Extremadura*, fl. 143 V.; a Diogo Lourenço — *Livro I da Extremadura*, fl. 92; a Margarida Alvares — *Livro XVI da Chanc.* de D. Manuel, fl. 20 V.; Gil Madeira — *Livro XIII da Extremadura*, fl. 158 V., *Livro XXVI da Chanc.* de D. Manuel, fl. 143 e *II da Extremadura*, fl. 179; a Bento Cardoso — *Livro LXX da Chanc.* de D. João III, fl. 180 V.

Pelo alvará de procuração passado por D. João III, sabe-se que a compra a António Alvares do assento que este possuía — entre ho mosteiro da madre de deos e o mosteiro de sam francisco de enzobregas com todas suas casas novas e velhas e com todas as ortas que tem com suas arvores de fruto e sem fruto e olivais — foi feita por cem mil réis de juro em paz e em socego para o dito Antonio Alvares, pera sempre e pera todos seus erdeiros e sucessores asentados em hua das cassas desta cidade de Lisboa ou em qualquer almoixerifado.

Concedeu-lhe, por isso, o monarca, o lugar de almozarife dos novos Paços, lugar este que poderia transmitir a seu filho, ou neto, com o ordenado anual de vinte mil réis e proveito das ditas ortas e arvores e olivais. Em contra-partida, os vendedores eram obrigados a *ter tudo consertado e limpo e lhe dar* (às terras) *seus adobios necessários à sua custa com decrarassão* — acrescenta o alvará — *que quando o Rei ou a Rainha estivessem nos futuros Paços, os almozarifes teriam de fornecer das ditas ortas e árvores tudo o que for necessario para sustento da Casa Real.*

Nesse mesmo dia — 17 de Abril — tomou o procurador régio conta de toda a propriedade, constituída — segundo se lê na escritura — de um assento de casas, umas novas e outras já velhas, com suas logeas e sobradadas e ainda de mais cinco casas térreas do *ortelão da orta de baxo* e outras seis da *orta de sima*.

A posse foi — como era então de usança em casos semelhantes — efectuada da seguinte forma, segundo a própria descrição que consta da escritura: *entrando* (o comprador) *nellas* (casas) *e saindo e andando por ellas e apegando-a por seus pés e fechando e abrindo sobresy suas portas e tomando em suas mãos pao, pedra e telha e asy tomou posse das ditas ortas, quintais e oulival e todas as mais pertensas do dito assento e apegando todo por seus pes e tomando em suas mãos alfaces outras ourtalissas das ditas ortas e ramos de lorangeira e romeira e de todas as outras arvores que estam nas ditas ortas e asy ramos das oliveiras do dito oulival e de todas as mais pertensas do dito assento todo esto* — acrescenta o mesmo documento — *passificamente e sem contradissão de pessoa alguma e por consentimento e vontade dos ditos vendedores que ouverão a dita poses por boa e bem tomada por bem do qual o dito lecenseado disse que avia e como defeito ouve por metido e àvestido a sua Alteza na posse corporal de todo o dito asento de cassas e ortas quintais oulival e pertensas e coussas asima decraradas*



Quando teriam começado as obras dos mesmos Paços? Não é possível, e bastantes foram os esforços para o averiguarmos, responder a esta pergunta. Da utilização do palácio pouco se sabe também.

As crónicas dos últimos reis da dinastia de Aviz não nos fornecem elementos onde nos possamos escudar com segurança. Só se referem a que o edifício foi habitado por D. Catarina e D. Sebastião, o que é de facto verdade, mas informam-

-nos também ter nele habitado D. João II, em 1552, o que não podemos acreditar, pois que a propriedade só foi adquirida quatro anos mais tarde. É D. Manuel de Meneses ⁽¹⁰⁾ que, levado decerto pela tradição corrente, o afirma: *se foy apozentar (nesse ano) nos Paços de Enxabregas e mandou fazer apozentos para o Principe e Princeza (D. João e D. Joana) em que se pudessem muito bem agazalhar e para isso se tomarão as cazas que forão de Fernão d'Alvares das quais ate os Paços se fez em muy breve tempo hum corredor e hum nobre apozento*. Pura fantasia do cronista, pois os Paços para onde foram os jovens príncipes foram os da Ribeira e nunca os de Xabregas. Estes, repetimos, ainda não existiam.

Na mesma crónica ⁽¹¹⁾ volta D. Manuel de Meneses a insistir no erro apontado — a falar na existência dos Paços antes deles se terem fundado. Escreve o cronista, que D. Joana, já viuva, se dirigiu no dia 12 de Março de 1554 para os Paços de Enxabregas, *acompanhando a Rainha dona Catherina com poucas Damas*.

De onde provêm estas frequentes citações aos Paços de Xabregas, muito antes deles terem existido? Uma explicação encontramos: o ter vivido D. João III, como já referimos, algum tempo em palácios particulares, no sítio de Xabregas, e D. Leonor, possivelmente (nenhum documento o prova), em casas que adquiriu nas proximidades do convento de S. Francisco, hipótese esta que nos descobre Frei Rodrigo de Santiago no seu *Memorial da Santa Provincia dos Algarves da Ordem Seráfica*, escrito em 1615-1636 ⁽¹²⁾. Informa-nos Frei Rodrigo de Santiago ter existido no cartório do convento de Xabregas um documento pelo qual se verificava terem, em 1529, os franciscanos desejado levar a efeito uma *bemfeitoria em hum pedaço de chão que o mesmo convento tinha a porta das casas da R^a Dona Leonor e se encostar por alli ao muro do convt. com tanto q fizessc cazas terreas*. Em um outro passo do seu *Memorial* ⁽¹³⁾, referindo-se às casas que mais tarde serviram de enfermaria do Convento, diz-nos o mesmo informador: *haa memorias não authenticas no cartorio que a R^a dona Leonor molher del Rey dō J.^o o 2.^o pouzou algum tpo em aquellas cazas e fez aa sua custa nellas a Enfermaria p.^a os frades*.



A primeira utilização do palácio, decerto ainda inacabado, isto é, sem as obras que o edifício já existente carecia para se transformar em residência régia — foi em 1557. Nesse ano D. Catarina, então regente do Reino (D. João III falecera havia tres meses), hospeda nos novos Paços o padre Francisco de Borja, enviado especial de Carlos V ⁽¹⁴⁾, após a sua chegada a Lisboa.

⁽¹⁰⁾ *Crónica do muito alto e esclarecido Principe D. Sebastião, etc.*, 1.^o Vol., pág. 5.

⁽¹¹⁾ Pág. 35.

⁽¹²⁾ Arquivo Nacional da Torre do Tombo onde tem a cota B-47-47, fl. 16 V.

⁽¹³⁾ Fl. 17 V.

⁽¹⁴⁾ *D. Sebastião*, 3.^a edição, pág. 29, de Queirós Velloso.

Nas *Memórias de el-rei D. Sebastião* ⁽¹⁵⁾ conta-nos Barbosa Machado que pouco tempo o Santo se demorou no Palácio — apenas três dias — e que para ali fôra devido à amenidade do sitio e à pureza dos ares que corriam para brevemente lhe restituir a sua antiga saude. Informa-nos ainda o minucioso cronista que o bondosíssimo prelado abandonara o local, depois de haver advertido os franciscanos da proximidade de violento temporal e de os aconselhar a fugirem do convento *se não queriam ser submergidos pela violencia das aguas*. Cumpriram uns, mais cautelosos, o conselho do Santo, enquanto outros, cépticos da profecia, se conservaram no mosteiro, pois o ceu estava sereno e, por conseguinte, nada faria prever a iminência de qualquer catástrofe.

Mas o facto deu-se, afirma Barbosa Machado ⁽¹⁶⁾: *ao cerrar do dia se começou a alterar o Tejo tão formidavelmente que pretendia colocar o seu assento sobre os ares e logo se precipitava até o abismo*. O pânico foi tremendo. As embarcações, devido à impetuosidade, à fúria das ondas, soltaram-se das amarras e, então, tudo se reduziu a destroços — é ainda o mesmo cronista que elucida, acrescentando mais adiante: *o palácio de Enzabregas que sempre fora respeitado pela colera deste elemento, padeceu não pequena ruína em muitas das suas salas, alagando umas e derrubando outras*. Não haverá aqui, nesta afirmação de Barbosa Machado, um pouco de exagero? Talvez não. A proximidade do rio e a falta de um cais que defendesse das águas, em dias de temporal, a propriedade, levam-nos a acreditar de facto na descrição expendida pelo cronista, tanto mais que a gravidade da situação, isto é, as constantes inundações do local, já havia merecido a atenção da Câmara. A notícia é-nos fornecida por um alvará régio ⁽¹⁷⁾, datado desse mesmo ano e mês (17 de Abril de 1557) que nos fala da referida obra, muito embora, devido aos poucos recursos do erário, o senado a protele para mais tarde.

É de teor seguinte:

Também praz a el-rei, e há por bem que os trezentos mil reis que a Camara tinha destinados para as obras de um projectado cais no sitio de Xabregas, fossem emprestados à Abadessa e freiras do mosteiro da Madre de Deus, por terem deles muita necessidade para pagarem outras que se ora no dito mosteiro fazem.

Só ao fim de dez anos é de novo ventilado o assunto. A Camara cumprira a determinação de 1557 e, dada a carência financeira em que vivia, não tinha ainda conseguido desviar, para a execução da obra, a verba necessária, como hoje diríamos. Só o erário régio poderia suportar o encargo. E assim succedeu de facto. Por determinação de 2 de Maio de 1567 ⁽¹⁸⁾ é cedida à Câmara a quantia de dez mil e quinhentos e sessenta e seis cruzados para que se procedesse imediatamente à construção de um cais ao redor do mosteiro da Madre de deos de enxobregas, por ser muito necessário, assim para reparo e resguardo do dito mosteiro, por causa do mar que a ele se vai chegando, como para serventia para o povo.

⁽¹⁵⁾ Parte I, Liv. I; cap. VI, pág. 77.

⁽¹⁶⁾ Idem.

⁽¹⁷⁾ Livro I de cons. e dec. de el-rei D. Sebastião, fl. 1 (Arquivo Municipal).

⁽¹⁸⁾ Idem, fl. 44.



Impossível é determinar a época em que D. Catarina começou a habitar os Paços de Xabregas. Sabe-se somente, pelas crônicas consultadas, que ali residiu durante largos períodos da sua viuvez e, possivelmente, com carácter definitivo, após a sua renúncia à regência do reino em 1562. Nesta época realizaram-se, decerto, algumas obras no palácio.

D. Catarina, grande devota e protectora do vizinho convento de S. Francisco, preferia-o, para a prática dos seus deveres cristãos, ao mosteiro da Madre de Deus. Dos seus paços comunicava a Rainha directamente com a igreja onde, na capela da Paixão de Cristo (também conhecida por capela do Espírito Santo) assistia aos officios divinos. Para este fim, certamente, a viúva de D. João III, mandara ampliar o seu palácio. Documentos que nos comprovem a veracidade desta afirmação, não os encontramos. No entanto, admitimos em absoluto a existência dessas obras, dada a proximidade do convento e o desejo natural de D. Catarina em comunicar, sem necessidade de sair do seu palácio, com o vizinho templo. Acreditamos, pois, na informação que nos presta Frei Jerónimo de Belém⁽¹⁹⁾, cronista escrupulosíssimo, que nos merece todo o crédito. São suas estas palavras: *Esta memorável rainha pela grande devoção que tinha a este convento intentou continuar os seus Paços até ele, como mostra ainda hoje o seu risco.*



Corriam os primeiros dias do ano de 1578. Lisboa vivia sob uma atmosfera pesada e triste; algo de anormal se iria passar em breve. Tudo o deixava prever e a cidade pressentia-o. Nos Paços de Xabregas, no seu leito de doente, D. Catarina, sabedora já da decisão que obsecadamente seu neto havia tomado, agonizava. O dia da partida para a trágica jornada estava prestes a chegar. Essa manhã nebulosa e dramática de Alcácer-Quibir avizinhava-se a jorros gigantescos como um fantasma em louca carreira. Era este o seu último desgosto, a sobrelevar todos os outros que nos últimos anos o seu coração sofrera. E tantos foram!

Na madrugada do dia 12 de Fevereiro D. Catarina entregou a sua alma a Deus na visão do triste destino de seu neto, visão que a não abandonara, decerto, nessa hora derradeira.

Nos Paços de Xabregas uma rainha de Portugal cerrara para sempre os olhos; e, volvidas algumas décadas, uma outra rainha, D. Luísa de Gusmão, roída também de desgosto, o coração a sangrar, a alma desfeita pela injustiça dos homens e o afastamento dos que lhe eram mais queridos, renuncia à ideia — após o seu afastamento da corte — de ir habitar esses mesmos Paços onde D. Catarina falecera.

(19) *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, tomo III, pág. 160.



Retrocedamos alguns anos.

D. Sebastião, ou por não lhe agradar a vida junto do bulício da capital, da intriga, mexericos e escândalos da corte, ou, como nos diz D. Manuel de Mereses (20), por ter sido em criança aconselhado a *não viver nos Paços da Ribeira por serem húmidos e muito devaços*, pouco tempo residiu em Lisboa. Procura sempre a vida recolhida dos seus Paços de Almeirim, de Sintra ou de Salvaterra, entregue doentamente à sua obsecação constante. Em Lisboa, nos poucos meses que aqui se demorava, preferia os Paços da Alcáçova, de Santos ou os de Xabregas, e estes não só pela tranquilidade, pelos ares admiráveis, puríssimos, do local, mas para estar algum tempo junto de sua avó, pretendendo, assim, atenuar um pouco os murmúrios da côrte e do povo pelo seu afastamento propositado de D. Catarina.

Algumas vezes, inesperadamente, de volta das suas caçadas ou de regresso dos seus retiros espirituais — sempre o mesmo sonho que insistentemente o dominava — D. Sebastião ia abrigar-se aos Paços de Xabregas.

Quantas vezes ali residiu? Impossível é sabê-lo. Xabregas não teria, decerto — isto o confirma, como adiante se verá, Francisco da Holanda ao impetrar do Rei que mandasse executar obras nos seus Paços — as comodidades suficientes, as instalações necessárias para a alta função que então desempenhava de palácio régio.

No dia 6 de Abril de 1569, D. Sebastião que, mais uma vez, se havia afastada côrte e da convivência da sua avó, regressou a Lisboa, vindo de Almeirim. Dirigiu-se aos Paços de Xabregas onde, porém, poucas horas se domorou; por volta das quatro horas da tarde, *havendo-se despedido de D. Catarina, sem demonstração de sentimento, partia para Salvaterra* (21). No dia seguinte voltou de novo a Lisboa e hospedou-se no mesmo palácio. Depois, durante quinze dias, os Paços de Xabregas, até então habituados só à vida, quase conventual, de D. Catarina, ao sossego e ao isolamento de uma rainha torturada de desgostos, viveram a vida agitada, convulsa, da intriga política e das louvaminhas reais, assistiram ao desenrolar dos mais altos negócios do Estado.

D. Sebastião, durante este espaço de tempo, presidiu todos os dias (e por vezes a duas sessões no mesmo dia) ao Conselho de Estado, a que assitia também o cardeal D. Henrique.

A convivência com D. Catarina desgostava, porém, profundamente o monarca. A intromissão de sua avó nos negócios do Estado não o desejava ao trôuse jovem e inexperiente soberano, como o demonstrou inteligentemente o erúdito historiador Dr. Queirós Velloso o admirável estudo que há poucos anos publicou. Havia, pois, necessidade de se afastar dos Paços de Xabregas, mas, dada a relutância de D. Sebastião em residir nos da Ribeira, só aos Paços da Alcáçova se podia abrigar nas suas estadias, embora que fugazes, na capital.

(20) *Crónica do muito alto e esclarecido Príncipe D. Sebastião*, etc. pág. 177.

(21) *D. Sebastião*, Queirós Velloso, pág. 120 e 121.

Grandes obras foram então necessárias efectuar neste palácio, para que o obstinado desejo do Rei fosse satisfeito. Durante dezassete dias uma legião de operários trabalhou consecutivamente, dia e noite. Sacrificou-se, assim, o erário régio, venderam-se propriedades, o que deu aso aos constantes clamores do povo, mas a obra foi por diante — como em outro estudo nos referiremos.

Nos Paços de Xabregas não mais tornou a viver D. Sebastião.



O ano de 1569 foi um do mais tristes e fatídicos da história de Lisboa. Nos últimos dias do mês de Maio começaram-se a sentir os primeiros sintomas de peste que atingiu a maior braveza no contágio nos meses de Junho, Agosto e Setembro (22). Segundo a crónica de Frei Manuel dos Santos, dias houve em que pereceram 600 pessoas. Lisboa nunca sofrera cataclismo tão grande. Os cadáveres ficavam expostos dias e dias, pois era necessário aguardar que os criminosos das galés os sepultassem.

No decorrer desta tragédia levantou-se — é ainda o mesmo cronista (23) quem nos elucida — *sem saberem donde, huma voz vaga, que no intelunico de Julho se subverteria Lisboa e o monte do Castelo havia de cahir e arrazar as cazas.* Não é difícil calcular a trágica cena que então se passou. Este passo de uma carta de um dos religiosos da Companhia de Jesus (24) é bastante elucidativo:

Entrou outro medo na gente, dizendo que à manhã, que he quarta-feira treze deste mez, se havia Lisboa de soverter; fez tanto medo esta nova e dava tanta pressa toda a cidade em se despejar, que não sey encarecer o medo q̄ nisto houve; porque as ruas, cays & barcos, tudo era fato(?) q̄ não havia mais na cidade qua gritos e desmaios e andar agente doida sem sizo. Ocupou a gente que desta cidade saia, sete e oito leguas de redor de Lisboa.

E o mesmo religioso informa-nos ainda que essa pobre gente se ia abrigar junto das oliveiras, onde morriam de fome e de sede. Num cortejo ininterrupto toda a população fugia, desesperada, quase louca, abandonando os que a peste, a pouco e pouco, ia corroendo e atirando para a vala comum que então já era toda a cidade. Quantas pessoas faleceram? O cômputo foi difícil de calcular. O número total oscila muito vagamente entre as quarenta e oitenta mil, tal as citações descontraídas dos vários cronistas.

D. Catarina e seu neto, D. Sebastião, abandonaram a capital após os primeiros pronúncios da peste. O monarca, acompanhado do cardeal D. Henrique, retirou-se para Sintra, de onde partiu, depois, para várias terras do país; D. Catarina e a Infanta D. Maria para Vila Franca e depois para Alenquer.

Em 16 de Junho de 1570, D. Catarina regressa a Lisboa e dirige-se logo

(22) *História Sebástica*, Frei Manuel dos Santos, Liv. II, Cap. VII, pág. 170.

(23) *Idem*.

(24) *Crónica da Companhia de Jesus*, Baltazar Teles, pág. 194.

aos Paços de Xabregas; a Infanta D. Maria a *humas suas cazas junto a Santa Apolónia* ⁽²⁵⁾ onde *dali por diante quase sempre assistirão até sua morte* ⁽²⁶⁾.



Algumas corridas de touros — festa de tanto agrado de D. Sebastião — realizaram-se em Xabregas. Entre outras, mencionamos as que, em Abril de 1575, se realizaram no terreno fronteiro aos Paços Reais. Embora não tivessemos encontrado no arquivo municipal documento algum que com o facto se relacionasse, rezam as crónicas que essas corridas de touros foram oferecidas a D. Sebastião pelo Senado. A Camara, no desejo veemente de atrair à sua cidade o monarca, não se furtava a esforços para lhe ofertar, de quando em quando, algumas festas que fossem do seu real agrado e D. Sebastião, movido talvez pelo desejo de mostrar ao seu povo o muito amor que tinha pela Avó, exigiu que essas touradas se realizassem em frente dos Paços onde a Rainha então residia. Não era tarefa fácil o cumprimento deste capricho régio. O largo fronteiro aos Paços, erguidos como já dissemos à babugem do Tejo, não constituía o melhor local para a prática dessas touradas.

Todas as crónicas do *Desejado* se referem às avultadas despesas que tão imperioso desejo exigiu. A praia fronteira ao palácio houve de ser entulhada, para assim, em terra firme, se construírem palanques de três andares de onde a família real e toda a corte pudessem assistir aos vários números dos festejos.

Xabregas viveu, nesse dia de S. João de 1575, um dos seus momentos mais festivos; e Lisboa, a cidade desprezada pelo monarca que nela nescera, rejubilou, vestiu-se de galas, esquecendo as horas tristes da peste e do terramoto, o luto que ainda cobria a maioria dos seus habitantes — durante algum tempo, D. Sebastião conservava-se na capital, junto do seu povo, de sua Avó, de toda a côrte.

A festa durou todo o dia. De manhã, jogaram-se, entre dois grupos, um capitaneado por D. Sebastião e o outro pelo Prior do Crato, as tradicionais canas, e da parte da tarde realizou-se a tourada, na qual rojonearam o Rei, D. António e o Duque de Aveiro ⁽²⁷⁾.

Foram estas as últimas festas que Lisboa presenciou. Dois anos mais tarde, Portugal, levado pelo sonho desse Rei-Cavaleiro, entrava na hora crepuscular do seu destino histórico. Quantos, da melhor nobreza do reino, dos que assistiram nessa tarde quente de Julho, em Xabregas, às festas em honra de el-Rei D. Sebastião, pereceram com ele nessa manhã triste de Alcácer!



Escasseiam em absoluto os elementos iconográficos sobre os Paços de Xabregas. Documento algum encontrámos, também, que nos permitisse fazer uma

⁽²⁵⁾ *Portugal cuidadoso e lastimado*, P. José Pereira Baião, pág. 140.

⁽²⁶⁾ *Idem*.

⁽²⁷⁾ *História Sebástica*, Frei Manuel dos Santos, Liv. II, cap. VIII.

ideia, embora vaga, da architectura do edificio. Nem nas crónicas, nem mesmo na descrição que o Padre Duarte Sande ⁽²⁸⁾ nos legou sobre os Paços Reais de Lisboa, pudemos colher quaisquer informes sobre as casas adquiridas por D. João III e por ele transformadas em residência régia. Pena é, de facto, que o prestimoso Jesuíta, ao descrever a Lisboa de 1584, tivesse sido tão parcimonioso em falar nos Paços de Xabregas. Ele mesmo sente a falta cometida; e nós hoje, volvidas quase quatro centúrias, confessamos, sentimos ainda mais a pobreza das suas informações.

Muito folgarieis — escreve o Padre Sande — *que vos fizesse por menos a descrição deste palácio porque poderíeis conhecer melhor a magnificência dos seus edificios, a grandeza dos reis portuguezes nestas obras e finalmente a pericia dos que a executaram, mas como havia em Lisboa tanta multiplicidade de coisas dignas de serem vistas não tivemos tempo para indagá-las a todas e fazer delas apontamento.*

Nesta nublose de informações, a narrativa do Padre Sande dá-nos, no entanto, um pouco de luz: os Paços de Xabregas eram, então, algo mais do que uma simples residência nobre. Mas, a *magnificência* e a *grandeza* da sua architectura, elevavam-na à categoria, de facto, de um palácio real?

Estas obras, decerto teriam sido executadas ainda em vida de D. João III e depois durante os primeiros anos da regência de D. Catarina. De que edificações constaria o palácio? De um ou mais edificios? Qual a sua amplitude, a grandeza da sua architectura? Desconhecemo-lo por completo.

Para Francisco da Holanda, o artista que considerava Lisboa uma cidade architectonicamente pobre, onde faleciam os grandes edificios e monumentos, o palácio de Xabregas não tinha ainda atingido a grandeza e o esplendor que, de facto, a capital do reino exigia de uns Paços Reais. Não se furtou, pois, o autor da *Fabrica que falece à cidade de Lisboa*, em lembrar a D. Sebastião a necessidade imperiosa de mandar completar as obras que seu Avô havia começado, embora — na sua opinião — *cõ algũas imerfeições ou descuidos no desegno.*

Dirigindo-se ao Rei ⁽²⁹⁾ e depois de salientar as excelências do sítio de Xabregas e a escolha por D. João III deste lugar — *da melhor vista q̄ ha ẽ Lysboa* — para a construção de uns Paços Reais, escreveu Francisco da Holanda:

E tambem me lembro o grande contentamento com que S. A. me dava conta de tal obra e das grandes coisas que sobre ela com Ele passei. E vejo que V. A. não tem casas em Lisboa dignas da sua pessoa, por onde ora mora na Ribeira, ora nos Estaos, ora em velhas que não são lugares de Rei, sem ter onde reclinar a cabeça nesta grande cidade: que havia de ser como domicilio, sim, e como uma cadeira ou almofada, onde viesse descansar e recolher-se das importunas calmas de Almeirim e Salvaterra e tambem das trovoadas e invernos da Serra de Sintra. E vemos — continua o artista — *que os lavradores do campo e os pastores do*

⁽²⁸⁾ *Arquivo Pitoresco*, Vol. VI, pág. 86.

⁽²⁹⁾ *Da Fábrica que falece a cidade de Lisboa*, pág. 7.

monte tem suas choças e cabanas em que de sino (?) trabalhos descansam de noite e em que repousam de dia e que V. A. não tem nesta cidade nem (estou em dizer) em todo o seu reino umas casas ou Paços nem para viver solteiro nem para descansar sendo casado, podendo ter as melhores do mundo porque já em o Castelo de Lisboa que é um sítio de vista e ares excelente e escolhido por tal dos reis vossos antecessores, pode V. A. e deve ter uns ilustres Paços, dentro em a fortaleza que digo; com uma capela pintada e com salas e camaras de estuque ou pintadas sobre bordo ou a fresco como é costume dos reis antigos e modernos; e se lhe parecer muito ter dobrados Paços, ou ser pesada Lisboa, de ser amigo da liberdade do campo e da caça do monte; acabe V.A. os Paços de Enxobregas que são muito para isso; e se tiver saudades do monte e da caça (enquanto é obrigado a ter conta com Lisboa e com sua corte) cerque meia legua de terra dali até Chelas e até além de S. Bento e faça um parque com muitos porcos e veados e aves e matas e arvoredos e fontes e casas de prazer muito melhores que as que fez em Fontenablanu o rei de França; que tudo pode ter dentro (e se lhe a cerco parecer grande ou custosa, dê-a aos frades gerónimos que eles a cercarão em breve tempo⁽³⁰⁾).

Dá-nos este passo da narrativa de Francisco da Holanda a certeza de que o palácio não tinha, então, a cercá-lo quaisquer outras edificações, mas, muito pelo contrário, existia para norte uma grande área devoluta para onde a propriedade se poderia alargar. E Francisco da Holanda prossegue, oferecendo ao Rei a sua colaboração como pintor e arquitecto:

E acabe os Paços de Enxobregas magnificamente, antes que de todo se percam, assim e da maneira que os houvera de acabar el-Rei seu Avô com muita magnificência, se quer por não deixar e em parte desautorisar o conselho e determinação que neles mostrou. E eu ainda que ando já fora de pinturas pois de tão pouco servem neste tempo lhe quero ainda fazer os desenhos para as heroicas pinturas e para todo o mais ornamento de tal obra.

O artista, entusiasmado com a beleza do local e antevendo a sumptuosidade que, uma vez acabados, os Paços atingiriam, insiste:

E acabe V. A. os Paços de Enxobregas que tem melhor sítio e mais real que Santos e muito mais escolhido e livre que todos os outros de Lisboa e fora das importunações dela, entre dois mosteiros nobilissimos principalmente o da Madre Deus, com lhe nascer a aurora e o sol com os primeiros raios sobre o mar do meio dia e sobre o rio Tejo, com as barcas e com as ortas e jardins da parte do norte, para nunca poder ter enfadamento enquanto lhe for forçado estar quieto em as obrigações do seu estado.

Francisco da Holanda, homem experimentado e sabedor, sentia como todo o povo de Lisboa o afastamento de D. Sebastião da capital do reino, o seu propósito deliberado e, por vezes, ofensivo de a abandonar. Esta fobia do *Desejado*

(30) À margem deste passo escreveu Francisco da Holanda: *Dizer isto me arrependo porque costume muito nunca murmurar dos religiosos que muito louvo e estimo grandemente como eles sabem.*

à cidade que lhe serviu de berço transparece nitidamente da alusão que o pintor faz ao *enfadamento* do Rei.

Que se V. A. tivesse Paços quais deveria em Lisboa e quais eu entendo, eu tenho por muito certo que se não enfadaria nela tanto. Tenha V. A. sequer umas casas reais neste Reino, nesta cidade ou fora dela, que as não tem, como são as dos outros Reinos, onde possa estar sem desquietação nem enfadamento o que nasce (como digo) de não tê-las.

E termina, assim, todo o seu arrazoado, evidenciando uma vez mais o afastamento do monarca da capital, o desgosto dos seus habitantes e de toda a corte. Não era o artista, como se depreende das suas palavras, homem que escondesse os seus pensamentos; ousadamente, *sẽ adulação nẽ fingimento*, embora atenuando um pouco a atitude do Rei com a falta em Lisboa de um palácio condigno onde pudesse viver, censura-o; e, por fim, como desejasse agradar a D. Sebastião, *como fiel e bõ vassalo*, exorta-o à conquista do norte de África.

E quando — escreve o autor da Fabrica que falece à cidade de Lisboa — se enfadar nelas, não somente vã com poucos caçar a Almeirim e a Sintra; mas vá também ao Campo de Ourique e do Algarve que ainda não viu e passe a África e tome-a e triunfe dela e torne com o despojo a descansar em Lisboa, e tenha casas para isso, que as não tem que por isso se enfada nela; e não dará sua ausencia tanto trabalho a êste Reino, e cpressão a sua corte nem aos pobres e teremos quietação para o servir e vida, que a não temos sem ele e V. A. sem enfadamento terá também vida e saude e quietação, principalmente depois de casado, a qual lhe nosso altissimo Deus dê tão bem aventurada como todo este reino lhe deseja.

A narrativa de Francisco da Holanda — que ele faz acompanhar com um esboço (a que chama *lembrança*) da maneira como visionava a arquitectura dos novos Paços, com um cais acostável e sua cerca extensa e murada — abre-nos, na bruma de toda esta história, uma clareira onde algo se pode vislumbrar. Por ela — como já o dissemos — fica-se sabendo que à morte de D. João III os Paços estavam ainda inacabados e que D. Catarina, quando regente do reino, os não acabara também.

O conselho de Francisco da Holanda não foi ouvido. Mal iam os tempos para obras de grande vulto. Não se realizaram, por isso, quaisquer obras de total remodelação como ele desejava. Quanto a nós, mesmo, as obras dos Paços de Xabregas nunca atingiram o seu acabamento; foram-se protelando pelos anos fora, beneficiando o edificio sòmente de algumas ampliações mais instantes, da adaptação a este ou àquele fim, e isto com toda a possibilidade durante os anos em que foi habitado pela Rainha D. Catarina.

(Continua)

LISBOA

Peça em 3 actos e 5 quadros feita sobre a «Comédia Ulyssippo», de Jorge Ferreira de Vasconcelos

por GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

(Continuação)

VIOLANTE — Nisso gastas tu o tempo.

LUIZ — Havia de empregá-lo em contas de Flandres, não? (*às irmãs*) Que dizeis à trova?

ISABEL — Parece de Garci Sanches.

LEONOR — «À la maravilla» as fazeis.

LUIZ — Não sede tão apagadas, manas. A minha doutrina é que é arra-zoada para moças.

VIOLANTE — A mulher não há-de ser Bonifrate.

LUIZ — Os ademanos são recramos de Amor, e nisso é a minha Dama artista. Vós não sabeis se não amassar e peneirar, fazer filhozes e coscorões; e quando saís ides mais sizudas do que uma noiva.

VIOLANTE — Assim as quero eu.

LUIZ — A minha Dama, e tais como ela, não se ocupam em exercícios baixos, curam luvas e dormem com elas, fazem pivetes e bétam cores, põem ceras no rosto, todas são águas de cheiro, e sabem sentir o Bom e reprovar o Mau.

VIOLANTE — Ruim seja quem lhe houver inveja. A mulher há-de ser dextra nas coisas da casa e não nas do Mundo.

LUIZ — Não há nada que chegue à Arte Palaciana. (*às irmãs*) Se foreis tão galantes que lhes quisesseis prestar algum serviço, valer-vos-ia muito e eu não ganharia pouco.

ISABEL — (*à irmã*) Mandaremos lá a negrinha...

LEONOR — E enfeita-se.

LUIZ — (*mostrando o traje*) Vossa Mercê, mãe, vê como eu ando safado? Nem ir ao Paço.

VIOLANTE — O vosso paço são pousadas de Damas, e os vossos parceiros vadios de carreira.

LUIZ — Aborrecem-me em casa, faço-me ao mar. Qualquer dia embarco para a Índia.

VIOLANTE — Não digais isso. Hajamos paz! O vestido diz vosso pai que o tomeis donde quizerdes.

LUIZ — Se m'ò não desse alguém o fiaria. Sai mais barato do que andar a pedir-lhe. (*outro tom*) Vossa Mercê tem de socorrer-me com cinco cruzados. Empreste-mos...

VIOLANTE — Cinco cruzados! Não os tenho, filho.

LUIZ — Era para comprar um «Verdugo» que vale um reino.

VIOLANTE — Só tenho três cruzados que ontem tomei a teu pai.

LUIZ — Dai-mos então. (*a Isabel*) E vós, mana, tendes algum?

ISABEL — Para nunca o pagardes...

LUIZ — Valei-me agora. O primeiro dia que acerte uma carta, dou barato e pago tudo.

ISABEL — Só tenho três tostões.

LUIZ — Ajuda é. (*a Leonor*). E vós, mana Leonor?

LEONOR — Só um tostão.

LUIZ — Venha ele. Cada um acode com o que pode (*guardando o dinheiro*) Ainda não chega. (*falando consigo*) Aponto e dobro a parada.

VIOLANTE — (*que ouviu*) Esse é que é o «Verdugo». Tola fui eu crer-te.

LUIZ — Este dinheiro é de bênção; vai multiplicar-se, e vereis gatos comer pepinos.

ISABEL — E os nossos vestidos?

LUIZ — Ficai em paz, manas, que eu logo vou pelo Mercador. Amanhã veremos maravilhas.

LEONOR — Trazei de todas as cores.

LUIZ — Vou correr a fio a Rua Nova.

VOLANTE (*saindo com as filhas*) — Cabeça de vento!

LUIZ — Vestido já eu tenho. Falta o resto (*a Miranda que entra*) Chegas a ponto. Que soubeste de Florença?

MIRANDA — Tudo e nada. O homem propôs pazes, e a bêbeda da mãe prepara a meijoada da festa, e tem-na de conserva.

LUIZ — Mais uma vez m'a calabreou, que ela jurou-me afeição.

MIRANDA — Juramentos de Damas não se creem. Ainda se fossem de uma moça de soldada. Essas é que são firmes.

LUIZ — Se presume de prender-me com cem amarras, engana-se.

MIRANDA — Se ela acaba de crer que assim gostais, põe-vos os pés nos focinhos. A corva da mãe há-de ralar-vos. Quando se caça o amante tratam-no como mimoso, mas mal está seguro logo começam as perrarias.

LUIZ — Às primeiras razões quebro-lhe os focinhos.

MIRANDA — Essa é a regra. Vossa Mercê precisa de estar calejado para ser prático nesta guerra. Eu é que as conheço. Até sei como esfregam os olhos para deitar as lágrimas.

LUIZ — Sou mais ladino do que pensas.

MIRANDA — Enquanto o mar está chão todos são bons pilotos, mas

quando se empola poucos atinam com o Norte. Fiai-vos de mim que sou raposo velho. Veja lá se a Catarina me faz mozza?

LUIZ — Mas viste Florença?

MIRANDA — Encontrei há bocado a mãe na Ribeira. Disse-me que ela estava de cama, desvelada como se lhe tirassem sangue dos braços; que perguntara por vós,, que fazieis, se passaveis as noites fora... A bebedinha vai-se fazendo dextra na arte... E acabou por pedir-me três cruzados.

LUIZ — O Indiático que lhos dê.

MIRANDA — Diz que nem tinto em parede o quere ver, afirmou-me a Brízida. E ele bebe os ventos por ela.

LUIZ — Se não fosse a necessidade não o sofria ela. Pudesse eu sustentar a pousada!

MIRANDA — Vossa Mercê está louco!

LUIZ — Se eu tivesse o meu,... mas só tenho o que apanho à minha mãe. Ou acerto uma carta ou fico despojado dos franceses.

MIRANDA — Cuidado, que oiço gente. (*preparando-se para sair*) Vou ter com o Simão Vaz. Preparo-vos uma sorte que ides ver!

LUIZ — Descreio desse compadre.

MIRANDA — Vereis depois como ele é. À Florença mostrai-vos isento, se lhe falardes; se ela se ingrisar fazei-vos fero... e dai-lhe. Assim é que se ganha amor (*saem os dois*).

CONSTANÇA DE ORNELAS (*entrando com Violante*) — Deixai que me sente. Trago uma fraqueza no coração que não posso tomar fôlego.

VIOLANTE — Tratai-vos, senhora Constança.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Quem há-de empapelar em mimos um corpo de terra que amanhã será mantimento de bichos!

VIOLANTE — Ss tivesses os cuidados que eu tenho!

CONSTANÇA DE ONELAS — Atribuições todos as sofrem.

TOMÉ SERRÃO (*que aparece e, ao ver a visita, se esconde atrás de um biombo*) — Ui! a Constança de Ornelas! Álerta, Tomé Serrão!

VIOLANTE — Piores as minhas que suspeito do meu marido.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Pegai-vos com a Senhora da Escada!

TOMÉ SERRÃO — Dou-me ao Demo se ela descobre a rapariga.

VIOLANTE — Do que eu gostava era que me ensinassem uma devoção para lhe tirar do espírito essa maldade.

CONSTANÇA DE ORNELAS — A mim me contaram da devoção das palmas. Ajuntam-se para o «sim» e separam-se para o «não». Sei de uma criatura muito espiritual a que elas livraram de uma moirisca que andava emburilhada com o marido.

TOMÉ SERRÃO — Boa vai ela com o conselho.

VIOLANTE — Arranjai as palmas,, custe o que custar. Antes que eu venda as manilhas...

CONSTANÇA DE ORNELAS — Promete-vos, mas é preciso dinheiro para nove velas de cera que hão-de ser de enxame novo... por um certo respeito.

TOMÉ SERRÃO — Ai a minha Fazenda!

VIOLANTE — Contai com tudo. E ainda vos peço outra devoção para o casamento da minha Isabel.

CONSTANÇA DE ORNELAS — A do «Cardo» é a mais provada coisa do mundo.

VIOLANTE — Pois fazei-a também; e que o meu marido não saiba.

CONSTANÇA DE ORNELAS — E está bem o Senhor?

VIOLANTE — Foi até os «Meninos Órfãos» com o nosso vizinho Pero Soares. (*baixo*) Está mais devasso do que nunca... E o outro também, apesar da mulher que Deus lhe deu.

TOMÉ SERRÃO — Agora estamos nós em praça.

CONSTANÇA DE ORNELAS — A senhora Milícia cura muito do carão...

VIOLANTE — Põe ceras à segunda-feira, e lava-se com água do sarro e outras confeições. Tem o rosto como um alabastro!

CONSTANÇA DE ORNELAS — Vós é que fazeis bem mal em vos descurardes. Não sois nenhum peixe-podre.

VIOLANTE — Já não sou o que fui!

CONSTANÇA DE ORNELAS — Ainda outro dia, na Trindade, a D.Ximena perguntou-se por vós; se ainda ereis formosa... Mais do que nunca, lhe disse.

TOMÉ SERRÃO — Tá tá, que me deita a perder a senhora!

VIOLANTE (*com modéstia*) — Perseguições de filhos e achaques de marido, quebrantam a gente. Antigamente, sim. A senhora Milícia tem o rosto esbranquiçado, e os dentes são ruins. E tão descarnada! Mas é senhora da sua casa...

CONSTANÇA DE ORNELAS — E o marido anda com trezentas Velhacas. Os homens, senhora Violante, os homens!

VIOLANTE — Se as mulheres folgassem como eles, outra seria a sua vida.

TOMÉ SERRÃO (*furioso*) — Tenho de correr com esta Corsária.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Prazia-me de conhecer a senhora Milícia.

VIOLANTE — É matrona de muito respeito.

CONSTANÇA DE ORNELAS — E as vossas filhas como estão?

VIOLANTE — Quero que vos assistam. Vou chamá-las.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Demorai-vos?

VIOLANTE (*saindo*) — Volto já.

TOMÉ SERRÃO — Agora são as meninas. Vou-me a avisar Pero Soares. Estão-lhe a minar o baluarte. (*sai*).

CONSTANÇA DE ORNELAS (*vendo entrar Isabel e Leonor*) — Boas Fadas as fadem, lindas flores de Maio.

ISABEL — Já era tempo de nos visitardes...

LEONOR — Tanta demora!

CONSTANÇA DE ORNELAS — Antes ser desejada que aborrecida. Se homem fôra correria o Mundo à busca de tesouros para os comprar para vós. Sois umas pérolas!

ISABEL — Eles já não querem se não dinheiro.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Ainda os há que só querem o que veem. *(para Leonor)* Benza-vos Deus que estais uma mulher! E eu que vos conheci de cueiros! Só vos acho descarnada...

LEONOR — É da costura.

ISABEL *(vendo as contas que Constança traz ao pescoço)* — De que são estas contas?

CONSTANÇA DE ORNELAS — De lágrimas.

LEONOR — O que é vosso, é sempre de extremo.

CONSTANÇA DE ORNELAS *(vendo o trabalho da almofada)* — Que fazeis na almofada?

ISABEL — Uns travesseiros de desfiados. São para Leonor.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Muitos anos os logre. É casamento que se prepara?

LEONOR — Nosso pai, não se lembra de isso.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Podeis falar que eu sou de segredo. E se calais, também o saberei.

ISABEL — A nossa mãe falou-vos nalguma coisa?

CONSTANÇA DE ORNELAS — Nem uma palavra, mas tudo se sabe. Eu devia calar-me já que vós o encobris; mas vir-me uma coisa vossa à mão e eu não a ter por minha, seria má ventura.

LEONOR — Eu não sei que sabeis, mas disso estou inocente.

ISABEL — Contai vós, que logo o saberemos.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Mal julgada é que eu não quero ser.

LEONOR — Acabai, senhora Constança, que estou ardendo!

CONSTANÇA DE ORNELAS — Tudo farei para não vos anojár. A semana passada veio ter comigo a S. Francisco, um homem autorizado, com o seu capuz de dó, e pediu-me que ouvisse um amigo seu, moço de prol e rico. Como o lugar era grave e honesto, só tive de dizer sim. Passado isto o moço apareceu — e galante moço que era! — Jurou-me que diria só a verdade, e rogou-me que lhe valesse, sabendo o conhecimento que eu tinha desta casa...

LEONOR — E depois?

CONSTANÇA DE ORNELAS — Tal o vi, que se o não socorresse ficaria por homicida. *(para Leonor)* Confessou-me, então, que vos queria bem, e desejava casar convosco. Esperava apenas saber a vossa vontade para pedir-vos ao senhor Tomé Serrão. Eu fiquei como podeis calcular! Chama-se Rui Gomes...

ISABEL *(fingindo-se magoada)* — Por minha alma que não conhecemos tal homem.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Agora me pesa o encargo. Se prometi foi por cuidar que vos servia.

LEONOR — Que sinais tem ele?

CONSTANÇA DE ORNELAS — É moço; a barba começa-lhe a pungir; rosto redondo; olhos escuros... as meninas muito desvoltas...

ISABEL — Só se for aquele mancebo que na semana passada estava na quinta de Arroios, com um companheiro muito galante...

CONSTANÇA DE ORNELAS — Esse é o senhor Gonçalo de Arez.

LEONOR — E era cortezão?

CONSTANÇA DE ORNELAS — Tal me pareceu. Que quereis que lhe diga? Se eu cuidasse bem nisto não o ouviria! Não são coisas para mim! Há homens que olham para o que não merecem.

ISABEL — Eu de riquezas não curo. Um moço que seja próprio e galante chega-me bem.

LEONOR (*a Constança*) — Dizei-lhe vós o que quiserdes.

ISABEL — Calai-vos mana, que assim não há conclusão. (*a Constança*) Se ele vos falar no tal amigo...

CONSTANÇA DE ORNELAS — Esse anda picado por vós...

ISABEL — Dizei-lhe que folgo dele me buscar por tão bom meio e que não se agaste de esperar.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Se isto não fosse serviço de Deus... em tal não me meteria. Atribulações tenho-as que baste.

LEONOR — Não vos lamenteis, senhora Constança. Já que tendes tão bom conhecimento das suas qualidades, dizei-lhe que sim.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Fez-se o mundo para sofrer! (*levanta-se*)

ISABEL — Já vos ides?

CONSTANÇA DE ORNELAS — Ando a tratar do casamento de uma orfã que criei, antes que o pecado a engane. Foi isso que cá me trouxe, a pedir-vos, e à vossa mãe, algumas roupas para a pobre, uns vestidos velhos, umas camisas, o que puder ser...

LEONOR — Temos muito gosto em lhe acudir.

ISABEL — Fica isso a nosso cargo.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Nosso Senhor vos pague minhas pérolas!

ISABEL — E não vos esqueça a outra coisa...

CONSTANÇA DE ORNELAS — Nem aquele gentil-homem m'ó deixava.

LEONOR — Capaz é ele de não se lembrar já.

ISABEL — Nem todos serão o mesmo.

LEONOR — Não estou tão tomada que se me dê mais perdê-lo do que achá-lo.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Se não quereis nada lhe direi.

ISABEL — Esta rapariga cuida que tudo se lhe deve.

CONSTANÇA DE ORNELAS — Todas gostam de ser rogadas.

ISABEL — Falais-lhe hoje, sim?

CONSTANÇA DE ORNELAS (*beijando-as por despedida*) — Os anjos vos acompanhem. E não esqueçam as roupinhas. (*sai, acompanhada por Isabel e Leonor*)

VIOLANTE (*entrando, e espreitando primeiro a ver se está alguém*) — Entrai, senhora Milícia.

MILÍCIA (*entrando, do interior da casa*) — Ai minha comadre! Não sei que faça nem que diga. Andar atrás de cem velhacas e ter-me como cozinheira. Um homem que não vale dois ceitis!

VIOLANTE — Tendes razão. Tudo se sofra ao marido, menos o ser devasso e gastar a fazenda com alcoviteiras.

MILÍCIA — Eu que fui criada como «olho de panela», estar feita rodilha da casa!...

VIOLANTE — Ocupai-vos em coisas espirituais, senhora Milícia. Conheço uma dona, honrada e viúva, destas que usam capelo e bordão, e passam as horas por igrejas e mosteiros, que não há mal para que não saiba devoção. Ainda hoje, contando-lhe eu os meus trabalhos, ela me disse que vos aconselhasse — que fosseis a todas as festas e romarias, e gastasseis o tempo em visitas e merendas com amigas.

MILÍCIA — O mesmo me dizia a minha mãe. Fazei vir cá essa senhora.

VIOLANTE — Folgará ela com isso. Ouvi-la heis e ficareis pasmada. Virtude e sabedoria não sei de mais.

MILÍCIA — Trazei-a, trouxe-a. O meu marido anda agora muito ocupado com o vosso. Suspeito de qualquer novo negócio.

VIOLANTE — Eu disse sei senhora Milícia. O meu filho Luiz deu-me a suspeita, e eu, por outras vias, vim ao conhecimento de tudo. O vosso anda agora emburilhado com a filha da maior corsária do mundo. A moça chama-se Florença, e é capaz de o enfeitiçar e de o roubar.

MILÍCIA — Se o não roubou já; mas não seja eu mulher se as não mandar açoitar com um rabo de raia, e degredá-las depois para São Tomé, com pregão e barço. Basta falar ao meu primo Corregedor. Ele é bom açoite para uma boneja dessas.

VIOLANTE — Nunca as mãos vos doam. Se o meu entrar a reverdecer, peço-vos a receita. Com essas conversações não tem cuidado nas filhas, e, se não fosse eu, andariam despidas sem ele dar conta disso.

MILÍCIA (*benzendo-se*) — Benza-nos Deus! E sabeis o que também me disseram? Que o senhor Tomé Serrão tem fora dos postigos aquela criada de almofada que vós mandasteis embora por desenvolta e janeleira.

VIOLANTE — Que me dizeis? A Catarina?

MILÍCIA — Essa mesma, a que se ingrisava para esse rufião do Miranda.

O meu Pero Soares e o vosso homem, vão lá fazer pagodes e banquetes todas as semanas.

VIOLANTE (*ameaçadora*) — Ai senhor Tomé Serrão!

MILÍCIA — Por isso quis avistar-me convosco.

VIOLANTE — Grandes velhacos! Foi ele quem ma fez largar de casa. Fingiu-se doente, a loireira, e eu mandei-a para a pousada da avó. Agora é que eu percebo! O meu homem até quis que apartássemos as camas...

MILÍCIA — A mim não me tomam com gaita. Sempre desconfiei dessa moça.

VIOLANTE — O Miranda é que a zelava. Ah, o Corsário! Não haja a bênção de meu pai se lhe não faço perraria de estrondo. E eu a cuidar da desvergonhada!...

MILÍCIA — Se quereis ajuda, contai comigo.

VIOLANTE — Não me haveria por mulher se não esmigalhasse, sòzinha, aquela pedra.

MILÍCIA — Não vos esqueça o mandar-me a tal dona...

VIOLANTE — Descansai que a tereis. E ides ver que mulher é; de autoridade e de segredo. (*vendo entrar Tomé Serrão*) Cala-te boca!

TOMÉ SERRÃO (*entrando com Pero Soares*) — Guarde-vos Deus, senhora Milícia.

PERO SOARES (*cumprimentando*) — Senhora Violante...

VIOLANTE — A ceia está a aprontar-se. Não tarda um credo.

TOMÉ SERRÃO — Pero Soares também ceia connosco.

ISABEL (*entrando com Leonor*) — E a senhora Milícia também.

TOMÉ SERRÃO — Quando se juntam casais maior é a herança.

PERO SOARES (*a Tomé*) — Tendes bom vinho?

TOMÉ SERRÃO — Campolide... e do velho.

VIOLANTE (*a Milícia, apontando os dois*) — Vede como estão manos!

PERO SOARES (*reparando nelas, a Tomé*) — O vento está da barra.

TOMÉ SERRÃO — E o céu carregado. O melhor é não sairmos ao mar.

(*Dirigem-se todos para a sala ao fundo. As duas raarigas vão ficando para traz. Ao sumirem-se os dois casais, Isabel e Leonor vão à adufa e espreitam para fora*)

LEONOR — São eles.

ISABEL — Ai, mana, que nos viram!

(*fogem, correndo, para dentro, a tempo que entram Luiz e Miranda*)

LUIZ (*entrando*) — Ora vede, Miranda. Bem dizia Propércio que os olhos são guias do Amor e por isso é erro pintá-lo cego. Ele é quem cega o entendimento. Sabe o que deseja e não entende o que lhe convém.

MIRANDA — E como deve, então, ser pintado?

LUIZ — Com asas para alcançar o céu, com aljava e setas para destruir a terra, e nú para mergulhar no mar. (*dirige-se para a janela*)

MIRANDA (*pensativo*) — Ai Catarina! Catarina!

LUIZ — Já estão a arder as grimpas do Castelo. São horas de ceiar.

MIRANDA — De aqui a dois credos é noite.

LUIZ — E o Amor, de capuz de rebuço, entra a passear por Lisboa.

MIRANDA — ...O ponto é encontrá-lo!

TERCEIRO QUADRO

Em casa de Brízida. À direita baixa, portal que dá para a travessa onde também se estabelece diálogo. Ao fundo, uma casa interior que se avista através de uma larga abertura com a mesa onde se realizará a ceia. À esquerda baixa, que dá para a travessa, uma janela de poiais, com adufas. Ao erguer do pano, estão em cena Luiz e Miranda, e logo entra Florença, que vem da rua

LUIZ (*vendo entrar Florença*) — Boa vinda seja a vossa.

FLORENÇA — Não me queimeis o sangue, que eu venho muito para isso.

LUIZ — Estais cansada?

FLORENÇA — Cansada, não. Não corri a posta. Estou enfadada.

MIRANDA (*à parte*) — Frutos do ofício!

LUIZ — Enfadada de me encontrardes aqui?

FLORENÇA — Parvoice! Venho da casa da minha prima que está de nojo. Ninguém me mande a tais visitas que não tenho ânimo para assistir a penas.

MIRANDA (*à parte*) — Está aqui, está capeado.

FLORENÇA — Ardem-me os olhos de chorar.

LUIZ — Já que sou tal que assim me afeiçoei, façam-me tudo que é bem feito. (*outro tom*) Quando acabareis de andar em pagodes?

FLORENÇA — Homem, não me digais isso que me ponho como doida pela porta fora.

MIRANDA — Bem vai ele andando!

LUIZ — Cuidais cobrir o Céu com uma peneira! Hei-de vos dar lei de vida, apesar de vós e da outra velhaca.

FLORENÇA — Tudo mereço. Ninguém me mandou cativar de vós. (*noutro tom*) Por casa de quem andasteis estes dias? E eu, coitada, a ver o penar da minha prima!

MIRANDA (*baixo, a Luiz*) — Toca todos os registos.

LUIZ — Eu sei onde a Bugia tem o rabo.

FLORENÇA — Mal avisado vos trazem. E eu lá a pensar em vós!

MIRANDA (*a ela*) — E por que não veio uma desculpazinha, já que tinheis ido sem linceça?

FLORENÇA — Nunca tive por quem...

MIRANDA — A mim disseram-me que tinha sido convite...

FLORENÇA — Convidada, eu? Valha-me a Virgem! (*choramingando*) Sou muito mimosa; não me trateis assim. Não posso sofrer dizerem o que não é. Tola que eu sou! Por me fazer mel, comem-me as moscas!

LUIZ — Que isso assim fôrao desejava eu.

MIRANDA — Tende mão em vós. Não cries galinha onde raposa mora, nem creias em lágrimas de mulher que chora.

FLORENÇA — Falai que vos ouça que responderei. Roer nos calcanhares, não. Tão mal empreguei o meu amor. Em que pagodes ando eu, Miranda?

MIRANDA — Em todos, senhora. Quando entendo uma coisa não a posso calar. Sou todo feito de gretas.

LUIZ — Vossa mãe quiere muitos genros, e vós por terdes a sua bênção, fazeis-vos conforme. Se pensais que carrego com tanto, vindes enganada. Ponho fogo à casa, e despacho «la Madre» com cartas para o outro mundo. E apesar de querer-vos, corto-vos as fraldas pelos gíolhos e lanço-vos a voar.

MIRANDA — O rapagão vai bom. Se continuar, está prático de aqui a pouco.

FLORENÇA — Por essa via nada fareis. Estou em minha casa e não soffro agravos.

LUIZ — Se falais solto arranco-vos a língua.

FLORENÇA — Os ameaçados também comem pão. Ide-vos antes que minha mãe volte. Ela não está muito comadre vossa.

LUIZ — Páscoa má venha por ela e por vós!

FLORENÇA (*gritando*) — Por vós que sois rascão.

LUIZ (*crescendo para ela e batendo-lhe*) — Desvergonhada!

MIRANDA (*intervindo*) — Onde estou eu não há-de passar tal.

FLORENÇA — Fale ele bem que mal não virá.

LUIZ — Tão boa sois vós como vossa mãe.

FLORENÇA — A boca é minha.

LUIZ — Mas as palavras são dela. (*agarra-a e bate-lhe outra vez*) Deixai-me amansar esta Pantasileia, Miranda. Não sou homem se não lhe pisar os focinhos e não lhe arrancar os cabelos.

FLORENÇA (*chorando*) — Bem mereço estas afrontas. Fui tola, mas hei-de vingá-me. Nem que me dê a um negro.

MIRANDA (*conciliador*) — Pazes! Pazes!

LUIZ — O que se não fez em dia de Santa Luzia, faz-se noutro dia.

MIRANDA — Tornai-vos amigos, vá! Chagas de amor quem as faz cura-as.

FLORENÇA (*chorando*) — Tola! Tola! Tola! Se vos não quisera, tal não sucedera.

LUIZ — Bem sei que quem faz a guerra é a vossa mãe. Às vezes tenho tentação de a enforçar. Deixai essas lágrimas que me doem.

MIRANDA — De aqui a nada estão manos. (*para Luiz*) Vou ter agora com o grande Simão Vaz, e para vosso serviço. Aguardai aqui. (*sai pela porta da direita*)

LUIZ (*indo para ela e abraçando-a*) Florença!

FLORENÇA (*abraçando-o*) — Luiz! (*pausa*) Vem aí alguém. Oiço passos.

LUIZ (*escutando*) — São pêsinhos de lontra.

SEVILHANA (*que entra espectacularmente, garrida, com grandes movimentos e jestos, acompanhada de Grácia, que se vai logo arrodilhar no chão*). Buenas noites!

- FLORENÇA — Ah! Sevilhana amiga! Que boa vinda esta!
- LUIZ — É uma Páscoa florida!
- SEVILHANA — Eso és. Dimo-lo ante que lo diga a ele. Diós seia nesta casa. E será que tiene esta señora tan linda!
- FLORENÇA — Onde estais não faço eu sombra.
- SEVILHANA — Ruin seia quien por ruin se tiene.
- FLORENÇA — Sentai-vos aqui. Pensei ir hoje convosco folgar a uma horta. Ando merencória como a morte.
- SEVILHANA — Y aonde está tal galan e barbiponiente, hay anojos?
- FLORENÇA — E ele os causa.
- SEVILHANA — Mal pecado que ninguno seia fiele a sus amigas.
- LUIZ — Eu, senhora, tudo suportto Sou um adro!; mas as desconfianças pesam muito.
- FLORENÇA — E temos achaques e desavenças...
- SEVILHANA — Nestas questionnes sienpre succede... dá cá el gallo, toma lá el gallo, y las plumas quedan en la mano. Conservad vuestra amistad.
- LUIZ — Eu disso sou. Se a senhora Florença quisesse!!!...
- SEVILHANA — Las damas se quieren rogadas e no asañadas.
- LUIZ — Quem está de fora da guerra blasona do arnez por que o não veste.
- FLORENÇA — Nunca mulher confessou amor que lhe não caísse em casa.
- SEVILHANA — No seia assi Florença, si no que por amor de mi le hagais o menos bien que puderdes. No hay que fiar de nadie.
- LUIZ — E assim fazeis com os vossos?
- SEVILHANA — Los mios! Ahora tengo dos — uno del corazon e otro de la cabeza.
- LUIZ — Da cabeça?
- SEVILHANA — É ele que a gobierna. Pero yo me siento del flaco juicio de los hombres. No diré eso por vós, que servis a Florença, lá mas hermosa de todas...
- FLORENÇA — Não lhe digais isso que é pior.
- LUIZ — O que é pior é a mestra que ela cá tem, que a matina e a sujeita aos seus interesses. Se fazeis repetição de tais falas, mais desgraçado fico. Palavras que se imprimem na alma são mais custosas de curar do que feridas do corpo.
- FLORENÇA — Eu, senhor Luiz Serrão, tenho grande fé nesta sennora e grande presuncao ueia.
- SEVILHANA — Si sois amigos no porfieis. El consejo del entendimiento és mejor qui el consejo de la voluntad.
- LUIZ — À senhora Florença, se eu mil vidas tivesse, todas lhe oferecera.
- SEVILHANA (*puchando Florença para o pé dela, em particular*) — Com permissio del señor Serrão. Vengo de parte de tu Mercader. Lastimoso se fué a rogar-me por medianera de vuestro conocimiento, que quisiesse yo aconsejar-vos que lo trateis mas amorosamente.

FLORENÇA (*em voz baixa*) — Esse meu Senhor engana-se comigo. Dou-o ao Demo!

LUIZ (*à parte*) — Que tais estão elas!

SEVILHANA — El quedo abajo, y no entra sem licencia, Mirad, si mandais que passe. El senor Serrão entrará em la Camara, y la niegra irá a decir-lo.

FLORENÇA — Tal homem não entrará aqui, ou este chapim lhe irá à cara.

SEVILHANA — No teneis que quejar-vos! El te ha dado castiçales de plata, una cota e saio de seda, muchos ducados, e no nega cosa que pidais.

LUIZ (*à parte*) — Julgam que me caçam e avisam-me.

FLORENÇA — Todos eles pregoam que dão montes de oiro. Apesar de tudo antes quero comer terra.

SEVILHANA — El no sabe decir otra cosa si no que no hay tal mujer en el mundo!

FLORENÇA — Quatro figas para ele. Perdoai a descortezia.

LUIZ — Se a farça não é forjada bem está, mas eu faço-me surdo.

SEVILHANA — No me desplaze que a tienpos le hagais banco-roto, pero todo quiere su razon.

FLORENÇA — Dessa porta para dentro não mete ele mais o pé.

LUIZ — Se vos anojou esse polhastro, soltai-me a trela. Eu darei conta dele.

SEVILHANA — No hay para quê, Senor!

LUIZ — Sou homem de garbo para defender a pousada. (*a Florença*) Dais licença que lhe tome conta dos atrevimentos?

FLORENÇA — Quando for tempo, será por um negro vosso, não por vós. Eu vos conto o que se passou para verdes qual ele é. Havia que pagar-se o quarto destas casas, que são de uma parenta nossa, e bem abonada. Ela não o pedia, mas minha mãe gosta de cumprir e não dever. Tomou as minhas jóias e foi pedir dez mil reais a esse Indiático mesquinho, sobre tais pedras. Escusou-se como se não tivesse obrigação, e a minha mãe veio afrontada e corrida.

LUIZ (*à parte*) — Coitada da virtuosa!

(*Brízida e Pero Soares, aparecem à direita alta, na rua, e ficam a conversar*)

SEVILHANA — No lo alabo eso. Los amigos en las afrentas devem mostrar-se.

LUIZ (*à parte*) — Isto é comigo. Se mostro que as entendo estou mal.

SEVILHANA (*à janela com Florença*) — Vede-lo alá, en la calle, hablando com vuestra madre?

LUIZ (*a Sevilhana*) — Algum dia havereis de ser para mim, já que agora sois tanto por ela.

SEVILHANA — Cuando me veia sola com ela, y más de espácio, en secreto le diré lo que vos deve, El loor en presencia és sospechoso.

LUIZ — Beijo-vos as mãos.

FLORENÇA (*à janela*) — A senhora mãe já vem para cá. (*para Luiz*)
 Entrai na minha camara não vos veja ela.

SEVILHANA — Yo me voy.

FLORENÇA (*para Sevilhana*) — Vinde connosco também. (*baixo*) Bom é que fiqueis.

(*Entram na Camara pela porta da esquerda-beixa. Grácia vai para o interior da casa. Durante a parte final desta cena, Brízida e Pero Soares, têm estado a conversar na travessa. A certa altura Brízida faz-lhe sinal para esperar, e entra em casa. A seguir vai à janela, fazer-lhe outro sinal para ele entrar*)

PERO SOARES (*na Travessa, enquanto Brízida entra em casa*) — Tantos cuidados é que o Rufião está em casa. Não tem que lhe dar e ela é toda dele! E a mim, que a sustento, fazem-me cem mil perrarias! A culpa é desta velha; mas se eu não me vingar dela não seja quem sou. O pior é se a senhora Milícia vem a saber!...

BRÍZIDA (*da janela*) — Podeis entrar, senhor Pero Soares.

PERO SOARES — Já o Rufião saíu! Ides ver como torceis a orelha.

BRÍZIDA — Estais chofrado?

PERO SOARES — Achais bem que eu espere à porta que o outro saia?

BRÍZIDA — A minha filha é forra e isenta. Não falta quem a rogue.

PERO SOARES — Será o filho do Serrão?

BRÍZIDA — Essa távola não joga, mas se um dia cair no taboleiro haveis de perder.

PERO SOARES — Ele é que me vingará.

BRÍZIDA — Quem mais dá mais nosso amigo é. Viúva é que ela não fica.

PERO SOARES — Tempo houve em que eu era o senhor da casa.

BRÍZIDA — Quando pagáveis como Senhor.

PERO SOARES — Isso era bom se vós vos fartasseis, mas nada vos chega e sempre tendes que pedir...

BRÍZIDA — Nenhuma cousa é tão barata como a que se compra.

PERO SOARES — E se eu não tiver que vos dar?

BRÍZIDA — Tratarei de quem o tenha. Não como razões nem promessas
 Se as coisas durassem sempre nada vos pediria.

PERO SOARES — Quando os meus dobrões serviam tinha outro gazalhado e outras meiguices.

BRÍZIDA — Queixai-vos de vós! Florença quere-vos, mas é mister que lhe deis segurança de vida...

PERO SOARES — Se aqui outro não entrasse se não eu...

BRÍZIDA — Outro! Quem? Até os gatos lançarei fora. Se não fôra uma necessidade grande não apertara convosco. Sabe Deus as brigas que tenho tido com ela por vossa causa!

PERO SOARES — Quereis então a ceia?

BRÍZIDA — Olha a pergunta! Fazei-vos mano, senhor Pero Soares. Eu tenho esta queda por Vossa Mercê...

PERO SOARES — Vou à Estalagem falar ao Mestre Cosme.

BRÍZIDA — E Simão Vaz não vem?

PERO SOARES — Já o convidei. Festa sem ele é pandeiro sem pele.

BRÍZIDA — Ide pelo Pátio. *(dá-lhe saída pelo interior da casa)*

PERO SOARES — Até já. *(sai)*

BRÍZIDA — No meu tempo os homens eram outros. Agora mal nascem logo entram a desconfiar. *(chamando)* Florença! Florença!

FLORENÇA *(aparecendo à porta da Câmara)* — Que houve?

BRÍZIDA — Houve que os meus conselhos entram-te por um ouvido e saem-te por outro.

FLORENÇA — Que vos fiz eu agora?

BRÍZIDA — Quantas vezes te tenho dito que sopres esse aGlhoupito.

FLORENÇA — Forte mulher sois! A mãe quer que eu seja insensível, que não tenha coração e não sinta amor?

BRÍZIDA — Isso é sumo de nabos! Se estais à espera que o pai lhe morra temos muito que picar no dente. E, no fim, ele deixa-te com a idade, se primeiro te não deixar por fastio.

FLORENÇA — Não sou de pedra; sou humana. Antes quero afeiçoar-me de que comer e beber. O amor pode mais do que a razão.

BRÍZIDA — Ai que sizo o teu! Não te defendo que ames; mas a quem te dê o necessário. Vê-te em mim que cheguei a estas precisões.

FLORENÇA — Quereis que morra de pena e de saudade?

BRÍZIDA — Não te enganes com o espelho. Julgas que esse carão é para sempre? O namorado é como o peixe — quando não está fresco não presta. Emquanto fresco fazes dele o que quiseres. Assim é o amante novo. Dá o que tem e o que não tem, agrada a todos e quer que lho peçam. Contenta a Dama, a criada, a mãe, e até o cachorro e o gato gosta de ver contentes; mas, depois, em vez de dar, rouba se pode. Faze o que eu te digo que sei do mundo.

FLORENÇA — Luiz quiere-me bem.

BRÍZIDA — E depois?

FLORENÇA — Creio que casará comigo. Nada perco em aventurar-me. Deixai-me que lhe queira também.

BRÍZIDA — Casamentos tais trazem sempre desavenças. Como não têm fundamento todos os empurram e não se tem firmes. São perseguições de pais, lágrimas de mães, afrontas de parentes, remques de amigos... e depois arrependimentos. Calabreiam o gosto de maneira que o estragam. Antes cabeça de gato que rabo de leão.

(Continua)

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA,

respeitante ao exercício de 1947, apresentado em Assembleia Geral efectuada em 22 de Janeiro último.

Presados consócios:

No cumprimento do preceituado no Art. 170 dos Estatutos e dentro da prática seguida nos anos anteriores, vem a Junta Directiva acompanhar do presente Relatório as contas do exercício findo, que temos a honra de submeter à apreciação de V. Ex.^{as}.

Actividade geral— Os limitados recursos pecuniários do Grupo não permitiram como se desejaria participar materialmente em qualquer realização própria, no vasto programa das comemorações centenárias de Lisboa, levadas a efeito pela Câmara Municipal. É no entanto de registar com muito orgulho que grande número das individualidades investidas nas mais altas funções de organização e realização das festas saíram dos quadros do Grupo.

Registamos também com grande satisfação a honra que nos foi dispensada com a recepção oficial dada por Sua Ex.^{aa} o Presidente da Câmara Municipal no dia 25 de Outubro de 1947, na qual os nossos consócios ali presentes tiveram o prazer de ouvir citar e encomiar pela voz do próprio Presidente da Câmara o valor da obra dos «Amigos de Lisboa», no movimento de interesse pelas coisas de Lisboa operado nos últimos anos, com indiscutível influência nos próprios estudos e realizações da Câmara.

A par destes factos, cumpre-nos registar que não diminuiu o interesse dos lisboetas pelo nosso Grupo como se prova pelo movimento de associados, digno de nota sobretudo em tempos tão desfavoráveis para as instituições culturais, como as que vimos atravessando. Assim em 1 de Janeiro de 1947

Existiam em 1/1/1947	1.299	sócios
Falecidos	13	
Demitidos	95	108 »
	—————	—————
		1.191 »
Readmitidos	4	
Admitidos	115	119 »
	—————	—————
Existência em 31/12/1947	1.310	»

Visitas de estudo— O teor da circular N.º 102 emitida em 5 de Janeiro dispensa-nos de recapitular aqui tudo quanto nela se descreve acerca deste importante sector da actividade do Grupo. Através dessas visitas se tem dado a conhecer Lisboa aos lisboetas explicada pela autorizada aptidão dos técnicos dirigentes

dos estabelecimentos visitados ou dos mais categorizados historiadores olisiponenses que nunca se recusaram a colaborar nesta cruzada cultural empreendida pelo Grupo.

Devemos ainda acrescentar que não tendo sido oportuno realizar em 1947 a segunda Conferência Bienal dos «Amigos de Lisboa» para não colidir com as comemorações oficiais vai a Junta Directiva empregar os maiores esforços para a pôr em prática neste novo ano, certos de que os nossos associados, com a experiência do êxito da primeira realização, nos prestarão todo o concurso necessário para corroborar e ampliar esse êxito, e oferecendo-se a todos os estudiosos uma Tribuna para a apresentação de ideias e de alvitres, criadores de uma opinião esclarecida e construtiva sem a qual não é possível levar a efeito o conjunto de realizações no campo cultural, urbanístico, artístico e social dos estudos de Lisboa, que todos ambicionamos.

Livros — Continuamos prestando este serviço aos nossos associados, em condições que se reputam do maior interesse, proporcionando-lhes um preço de aquisição vantajoso.

A Câmara Municipal continua a distinguir-nos com a função que nos atribuiu de distribuidores das suas edições, serviço de que o Grupo se vem desempenhando há muitas anos a contento de ambas as partes.

Como de costume em anos anteriores as edições e publicações dos nossos consócios bem como as da Câmara Municipal e Imprensa Nacional, foram expostas na Feira do Livro de 1947 a que concorreremos mais uma vez com a nossa barraca privativa. Trata-se duma missão absorvente e trabalhosa, mas que valoriza e prestigia esta instituição pelo que se tem feito sempre os sacrifícios necessários para estarmos presentes.

Biblioteca — A modestia dos nossos recursos financeiros não nos permitiu este ano fazer certas aquisições que desejaríamos para enriquecimento da nossa Biblioteca. Tivemos todavia em todo o exercício algumas ofertas valiosas de livros, pelas quais nos confessamos muito gratos, cumprindo-nos destacar na nossa recomendação ao agradecimento de V Ex.^{as} os principais oferentes que foram o nosso consócio Ex.^{mo} Sr. Comendador João Maria Ferreira, a Câmara Municipal de Lisboa, o Secretariado Nacional de Informação e o Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Luís Pastor de Macedo — Se por um lado temos desgosto de nos vermos privados da sua colaboração e camaradagem, sentimos por outro a satisfação de o ver chamado a ocupar cargo tão eminente como é o de Presidente Substituto da Câmara Municipal, onde a sua invulgar cultura olisiponense, o seu vasto conhecimento dos problemas da cidade, a sua experiência dos assuntos municipais e o seu próprio prestígio pessoal, qualidades que concatenadas com as do Presidente efectivo do Município nos asseguram uma actuação brilhante e produtiva, com o que muito nos orgulhamos e connosco, decerto, todos os «Amigos de Lisboa».

E só por isso nos resignamos com o afastamento de quem durante cerca de onze anos sobraçou no Grupo o encargo de Secretário Geral, missão a que emprestou o entusiasmo que costuma dedicar a todos os seus empreendimentos e com o exito que todos conhecemos.

Sócios falecidos — Não escapamos a este capítulo doloroso dos nossos relatórios. Temos este ano a deplorar e a recomendar um voto de sentimento da nossa Assembleia Geral, pelo falecimento dos nossos prestimosos associados:

- 212 — Cosme Damião
- 250 — Conde de Mendia
- 276 — Augusto da Silva Neves
- 343 — Ligório Silvestre da Silva
- 545 — Coronel José Roma Machado
- 862 — Joaquim Gomes dos Santos
- 1145 — Alberto de Carvalho
- 1292 — Eng. Arnaldo Ressano Garcia
- 1301 — Guilherme Lino Cardoso
- 1502 — D. Maria Madalena de Martel Patrício
- 1535 — António de Oliveira Belo
- 1543 — Eng. António Calheiros, e
- 1978 — Alfredo Moreira.

Saldo para 1948 — Pelo exame das contas apresentadas verão V. Ex.^{as} que elas se fecharam com um saldo para 1948 de Esc. 8.310\$91, para o qual propomos a aplicação constante do capítulo seguinte.

Conclusão — Exposto por esta forma quanto, a nosso ver, importa trazer à apreciação de V. Ex.^{as}, temos a honra de propor:

- 1.º — Que V. Ex.^{as} se pronunciem sobre as contas apresentadas.
- 2.º — Que V. Ex.^{as} se associem a um voto de profundo pesar pela perda dos nossos consócios falecidos durante o ano.
- 3.º — Que V. Ex.^{as} aprovevem um voto especial de agradecimento a todas as entidades oficiais ou particulares, a quem temos scolicitado autorizações para as nossas visitas culturais do ano, e bem assim às individualidades que têm dirigido essas visitas, e que este voto seja extensivo à Imprensa de Lisboa e do Portuque, desta nossa principal actividade cultural tem feito obsequiosamente uma valiosa publicidade.
- 4.º — Que V. Ex.^{as} aprovevem um voto de louvor à nossa Comissão de Contas pelo desvelo e espírito de cooperação com que sempre acompanhou a acção da Junta Directiva.
- 5.º — Que V. Ex.^{as} aprovevem um voto de louvor ao nosso pessoal pelos bons serviços prestados e em especial ao chefe dos nossos Serviços de Secretaria, Sr. Caetano dos Reis.
- 6.º — Que o saldo do exercício passe a conta nova.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1948.

VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »
« Five Crowns »
« Six Grapes »
« Imperial Dry »

— « Tawny » Velhíssimo
— Muito velho e sêco
— « Vintage » Velho do casco
— « Ruby » Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 26961/2

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa



APRESENTO - ME
Sou o "FAÍSCA"
o seu criado eléctrico
SEMPRE ÀS ORDENS

PUBL. CRGE. LISBOA - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. M.R. N.º 62272



CHÁ CELESTE

preto e verde, uma delícia!

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Federação Nacional

dos Produtores de Trigo

Organismo Corporativo fundado em 24 de Julho de 1933, para orientar a produção de trigo no Continente, promovendo a aquisição, armazenagem, beneficiação e warranagem de cereais panificáveis.

Desde a sua fundação até 30 de Setembro de 1947, a F. N. P. T. movimentou nas diversas operações a seu cargo o capital de:

Esc. 32.792.781.024\$00

A sua actividade amplia-se de forma notável, procurando melhorar a produção com o fornecimento de sementes seleccionadas e calibradas, com garantia oficial da D. G. S. A.

Auxilia economicamente a lavoura com a concessão de bónus para os adubos utilizados nas sementeiras, tendo desde 1936 até 30/9/47 dispendido nesta modalidade de auxílio a verba de:

Esc. 367.846.252\$98

Pagou para as Casas do Povo, desde 1936

Esc. 13.451.201\$47

Concedeu à F. N. A. T. desde Março de 1936, o subsídio de

Esc. 784.999\$70

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA — EXCELENTE ESTRADA MARGINAL

Rápido serviço de combóios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante—Magnífica situação

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte-Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico. Análises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar, Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e —
Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º

TEL. (provisório) 5150 — PORTO

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

LOTARIA

Extracções semanais — Prémios maiores	}	600	CONTOS
		100	>
		50	>

Preço do bilhete — 160\$00

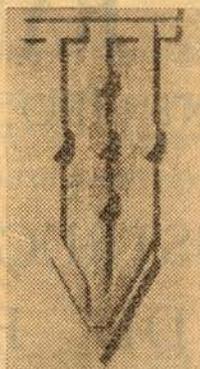
A 16 de Junho, extracção da

1.ª lotaria extraordinária de 1948 (Santo António)

Prémios maiores	}	3.000	CONTOS
		500	>
		250	>
		100	>

Composto de 100.000 bilhetes a 250\$00

CAPTAÇÕES
DE ÁGUA
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações

TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Betesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

Empresa Insulana de Navegação

Sede — Rua Nova do Almada, 11-1.º — LISBOA

Telefones: 23271/2/3 — Telegramas: BENS AUDE — LISBOA

CARREIRAS REGULARES ENTRE

LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

AGENTES

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.^a classe
Avenida 24 de Julho, 2, 2.º
Telef. 20214/15

Passagens de 1.^a e 2.^a classes
Rua Augusta, 152
Telef. 20216

NO PORTO

J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA

Na Madeira

Em S. Miguel

BLANDY BROTHERS & C.º, L.ª

BENSAÚDE & C.ª, L.ª

urivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

AS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336
da Mouraria, 7-11 LISBOA

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef.-21368 21227

SA DOS PANOS

imento completo em
s brancos e de côr
linhos de todas as
larguras.

ua dos Fanqueiros, 49
ina da R. de S. Julião)



OMPRA M RANDES E EQUENAS BLIOTECAS RARIA ECLECTICA

ada do Combro, 58
Telef. 28663

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Estabelecimento Autónomo do Estado

SERVIÇOS ANEXOS { *Caixa Nacional de Previdência*
Caixa Nacional de Crédito

Telefones (P B X) 26181 a 26189

Depósitos à ordem e a prazo —
Empréstimos hipotecários e sôbre
penhor de títulos — Operações de
Transferências e Cobranças — Em-
préstimos sôbre penhor de ouro,
jóias e pratas pela Casa de Crédito
Popular — Empréstimos Agrícolas e
Industriais pela Caixa Nacional de
Crédito

Agências e Delegações nas sedes de Concelho

Filiais em todas as sedes de Distrito

Romão & Comp.

Antiquários

47, R. D. Pedro V, 5
Telefone 28441

LISBOA



Alberto Alves Natário

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yolanda
Bairro da Mina
AMADORA

venda nas livrarias:

ARTE DE VELEJAR

pelo Capitão-tenente António Marques Esparteiro
(Como se pratica o desporto sádico da vela—Regras)
Esc. 30300

ca Marítima Desportiva

Por João da Cruz Viegas — Esc. 10300

M. DEPÓSITO: JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA

A COROA DE OURO

FLORES E COROAS ARTIFICIAIS
FLORES DE LARANJEIRA PARA NOIVAS
SANTOS EM TODAS AS DIMENSÕES

RESTAuros EM IMAGENS ANTIGAS E MODERNAS

RUA DO CRUCIFIXO, 94
(esquina da Rua da Victoria)